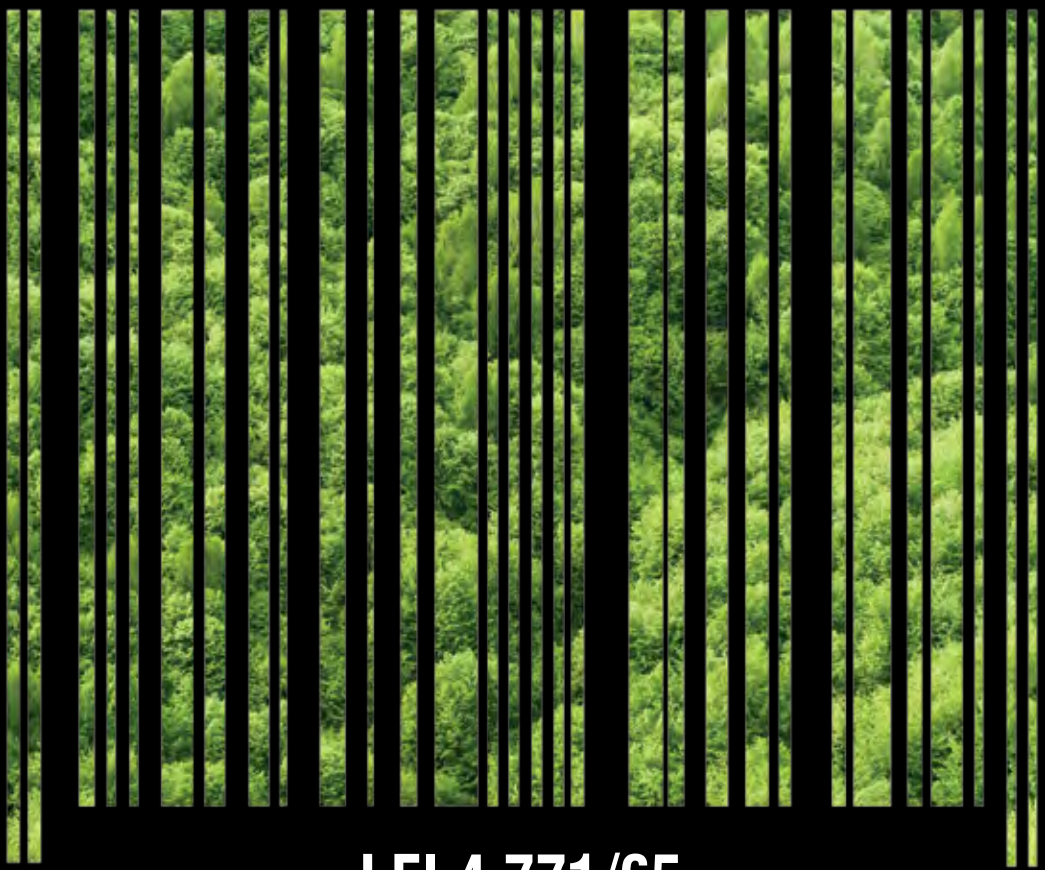
AGRO ANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 32 | Nº 06 | JUNHO 2012 | R$ 15,00

FGV
GVagro
Centro de Agronegócio

ISSN 0100-4298

DECIFRAMOS O CÓDIGO FLORESTAL



LEI 4.771/65

ENTREVISTA COM GERD SPAROVEK

"Um dos maiores erros das discussões do Código Florestal foi a busca por um ganhador e um perdedor."

BIOCOMBUSTÍVEL

Ótima opção para o desenvolvimento dos países do cinturão tropical

O agronegócio é o seguinte

Brasil discute o Código Florestal

PODERIA SER pior. Esta parece ser a sensação mais forte após a publicação dos vetos da presidente e da Medida Provisória. Se nenhum dos dois lados (ruralistas e ambientalistas) saiu feliz, por outro, temos de reconhecer que o primeiro passo foi dado de maneira moderada. ***Agroanalysis*** faz uma completa análise da nova Lei, inclusive com a publicação na íntegra de seu teor para arquivo. Principais mudanças, trâmites legais e comentários críticos, tudo será encontrado nesta edição. Cada produtor vai entender o que terá de fazer. O trâmite é longo, mas os princípios da MP dificilmente serão alterados este ano. Não menos importante é o comentário do nosso Embaixador da FAO para o Cooperativismo, Roberto Rodrigues (veja o Agrodrops). Os números colocados na Lei seriam cabalísticos, ou têm alguma racionalidade?

Agroanalysis também comenta a correção da continuidade da agenda do governo para reduzir a taxa de juros. Isso só está sendo possível em função das circunstâncias econômicas e financeiras internacionais. O baixo crescimento global, aliado à abundância de liquidez e às baixas taxas de juros no resto do mundo, transforma o Brasil em grande polo de atração de investimentos. A redução dos juros elimina parte dessa atratividade exagerada e indesejada nesse momento, sendo a sua continuidade fundamental para vários setores da economia brasileira.

O mês de junho é tradicionalmente comemorado com uma rica programação para celebrar o meio ambiente. Neste ano, em particular, essa conotação terá maior vigor no Brasil, onde será realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Esse evento celebra 20 anos da Eco-92, ou Rio-92. Também em terras brasileiras serão realizadas as festividades do Dia Mundial para o Meio Ambiente, com grandes campanhas, concertos ecológicos, desfiles de bicicletas, plantio de árvores, práticas de reciclagem e ações de limpeza. O tema será *Economia Verde: Ela te inclui.*

Agroanalysis dedica atenção especial ao assunto da sustentabilidade. O momento é considerado adequado, diante dos recentes acontecimentos globais, como as crises econômicas na Europa e na América do Norte. A mídia e os formadores de opinião questionam as estruturas de consumo e riqueza. É preciso buscar um novo modelo para substituir aquele que prevaleceu por centenas de anos, com visão limitada. Hoje, as conclusões e os estudos pouco garantem a manutenção dos recursos naturais e a sustentabilidade do planeta.

Muito oportuna é a matéria sobre o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), que trata do desenvolvimento do Sistema Campo Limpo. Integram essa iniciativa 91 empresas fabricantes de produtos agrícolas, mais de 3.500 distribuidores e cooperativas, organizados em 260 associações, 14 parceiros recicladores e incineradores. Com a organização de 125 eventos, milhares de agricultores em todo o País estiveram engajados no ano passado. A iniciativa é referência no Brasil e um exemplo para o mundo, ao destinar de forma ambientalmente correta 94% das embalagens plásticas vazias comercializadas anualmente no País. Para 2012, outra nova e grande campanha está em andamento.

O desafio de produzir energia barata e em grande quantidade tem estado na pauta de governos do mundo inteiro. As projeções apontam para uma oferta de petróleo cada vez menor e mais cara. Dessa forma, o mundo precisa começar a diversificar sua matriz energética de maneira consistente, evitando a dependência excessiva do combustível fóssil. Essa diversificação pode ser iniciada pelos biocombustíveis, o que coloca o Brasil como o candidato natural para liderar esse movimento. A FGV Projetos vem estudando a aptidão do cinturão em terras tropicais, como é o caso de Moçambique, no continente africano. Os resultados obtidos mostram que a produção de biocombustíveis é uma ótima opção para o desenvolvimento dos países localizados nesta região do globo. Desde 2007, já foram analisados mais de 240 milhões de hectares em 36 expedições de campo.

Agroanalysis faz um registro especial sobre acordo fechado entre a FGV Projetos e o BTG Pactual para o lançamento de um fundo de investimentos lastreado em projetos de produção de biocombustível na África (veja o Agrodrops). O valor total do fundo é de US$ 1,2 bilhão e será lançado no mercado para captação pelo BTG Pactual em três meses. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Raphael Messias
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Debora Durazzo
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Debora Durazzo - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: debora.brito@fgv.br
Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos de Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 Gerd Sparovek

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 Energia renovável
16 Japão
19 Bolsa Brasileira de Mercadorias

Política Agrícola

21 Código Florestal

Especial Sustentabilidade

27 Rio+20

Especial inpEV

37 Pelo bem do planeta e das futuras gerações

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Política Agrícola



21 Código Florestal

Mercado & Negócios



13 Energia renovável

Especial Sustentabilidade



27 Rio+20

Gerd Sparovek
Professor do Departamento de Ciência do Solo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP

Não pode haver distinção entre conservação e "produtivismo"

Por Paulo Roque

GERD SPAROVEK tem experiência na análise de sistemas de produção agropecuária, desenvolvimento rural e planejamento do uso da terra. Coordenou diversos projetos de pesquisa no governo federal relacionados à avaliação e formulação de políticas públicas nas áreas de reforma agrária, crédito fundiário, certificação agrícola e sistemas de produção da agricultura familiar. Na área ambiental, principalmente na interface da agricultura com a conservação, seu currículo apresenta diversos artigos científicos no campo da modelagem espacial de sistemas complexos. Sua *expertise* se concentra em modelagem física, relacionando solos, clima, relevo e localização com as dinâmicas e conflitos territoriais no espaço agropecuário. Sensoriamento remoto, Sistemas de Informação Geográfica, Bancos de Dados e abordagem multi e interdisciplinares são ferramentas comuns na sua atividade de pesquisa.

AGROANALYSIS O novo Código Florestal está alinhado com a tese do desmatamento zero?

GERD SPAROVEK Não. A tese do desmatamento zero é tão extrema como a tese de que todo o desmatamento atual é necessário para desenvolver a agropecuária do Brasil. São teses extremas, por isso fantasiosas se pensarmos de maneira realista e equilibrada. A quantidade de desmatamento diminuiu, mas ainda é elevada. Na fronteira, para cada hectare de terras de elevada aptidão para agricultura que é aberto, ocorre o desmatamento de dois hectares de terras de baixa aptidão. Desmatar terras de elevada aptidão agrícola, dentro da legalidade, respeitando as visões e os valores das comunidades locais, evitando áreas de elevado interesse ambiental ou muito sensíveis, levando infraestrutura, gerando serviços e trabalho e produzindo com elevada eficiência durante muitos anos, é uma coisa. Desmatar terras pobres, frágeis, em áreas ambientais importantes, desconsiderando os interesses das comunidades locais para depois produzir por pouco tempo ou com baixa eficiência é outro processo. Nesta via, alguém ganhou, vendendo a madeira, o carvão, valorizando as terras. Mas este ganho não gerou benefício importante algum para o desenvolvimento, nem localmente, e deixou atrás de si a devastação da natureza. As áreas abertas nesta dinâmica acabam ficando sem uso ou rendem muito pouco, não interessam. Mas degradam.



Saulo Cruz / Agência Câmara

> "Um dos maiores erros das discussões do CF foi a busca por um ganhador e um perdedor. Com isto, perdemos todos."

Evitar isto é diferente de desmatamento zero, e é diferente de aceitar que toda a expansão da agropecuária traz benefícios. Parte dela se justifica, parte não. O Código Florestal (CF) não é o único mecanismo que pode transformar a nossa fronteira numa fronteira agrícola de verdade. Uma fronteira em que apenas as áreas que interessam ao desenvolvimento do Brasil sejam incorporadas ao processo produtivo, e que os outros negócios, que não são na realidade agrícolas, sejam evitados. Apesar de não ser o único mecanismo necessário, ele é um dos mais importantes.

AGROANALYSIS A legislação ambiental nacional será administrada por Medida Provisória?

SPAROVEK A MP, até onde sei, é uma forma legítima de legislar. Como tudo, é preciso usar dentro do objetivo para o qual foi feita, evitando abusos ou usos indevidos para cobrir outras deficiências. No caso específico dos efeitos da MP-571 sobre o PL 1.876, em minha opinião, os vetos e a MP ajudaram a proposta a se aproximar àquela aprovada no Senado, corrigindo algumas deficiências decorrentes de como o processo tramitou pela segunda vez na Câmara.

> "Achar que alguém ou alguma instituição vai fazer a sustentabilidade para nós é um erro."

AGROANALYSIS É correto afirmar que existem 100 milhões de hectares de vegetação não protegidos ambientalmente no Brasil?

SPAROVEK Não, isto é uma interpretação muito simplificada sobre a questão de 90 a 100 Mha de vegetação natural existente no Brasil, mesmo após toda adequação ao novo CF ter sido feita, ficarem fora de sua proteção. Há diversos outros mecanismos que podem levar à proteção destas áreas. Alguns são legais, outros atuam nos mercados, e ainda pode haver os incentivos. Escapou do CF, pode virar Unidade de Conservação, ser protegido por outra lei específica, como já é o caso da Mata Atlântica. Pode haver interesse do mercado em fazer isto, com ações como é a Moratória da Soja, ou fazer parte de protocolos de certificação. Quem sabe num futuro bem próximo os mecanismos de incentivo, como a própria compensação prevista no CF, a lei de PSA, REDD, atuem de forma mais intensiva.

Mas é necessário ter convergência. Não adianta "blindar" as terras de elevada aptidão agrícola do Brasil. As questões ambientais não têm fronteiras políticas. Isto, se fosse possível, apenas exportaria os problemas, quem sabe, para um lugar onde eles podem ser ainda maiores. A soja, o milho, o algodão e a cana precisam ser produzidos em algum lugar. Que seja onde a vocação para isto é elevada. Com alta eficiência, é necessário menor área para a mesma produção. Agora causar danos aqui, numa agenda em que os poucos benefícios são individuais e transitórios, também não deve ser aceito.

AGROANALYSIS Constitui um falso debate a dicotomia preservar ou produzir alimentos?

SPAROVEK Certamente. Isto não leva a nada, este tipo de abordagem é inútil. Os dois aspectos são importantes, e o equilíbrio entre ambos é possível. Mas este não é um equilíbrio estático, ele muda todo momento. Novas tecnologias, novas descobertas sobre a importância ambiental, cenários mundiais, vários aspectos interferem em onde se encontra este equilíbrio num determinado momento. Mudanças, avanços implicam numa necessária renegociação do equilíbrio, e a adaptação de todos. Isto faz parte, é dinâmico e característico deste processo. A negociação não pode ter a conotação de identificar quem ganhou, ela deve ser entendida como algo necessário para manter o equilíbrio das duas agendas, e virão outras, como a bioenergia ou biorrefinaria. Um dos maiores erros das discussões do CF foi este. A busca por um ganhador e um perdedor. Com isto, perdemos todos.

O primeiro passo para achar o equilíbrio, ou qualquer outro ponto de convergência e consenso que resolva os dois problemas, conservação e produção, é acabar com esta distinção entre "produtivismo" e conservação.

AGROANALYSIS Existe o risco de ocorrer uma multiplicação de códigos florestais estaduais, como em Santa Catarina?

SPAROVEK Provavelmente não. O PRA da forma como ficou, após os vetos e a MP, ainda abre um pouco esta possibilidade, mas ela ficou atenuada se comparada à versão sem os vetos e à MP. Mas ainda há um peso muito grande de decisão na esfera dos Estados e municípios, e deve haver uma definição central clara de qual é a "banda" em que os Estados podem adaptar as regras para sua realidade. Se esta banda for benfeita, não surgirão novos CFs nos moldes do de Santa Catarina.

AGROANALYSIS No debate internacional, somente o Brasil é o vilão do meio ambiente?

SPAROVEK Na área acadêmica, não vejo o Brasil no papel de vilão. Não acompanho suficientemente o debate em outros setores para poder opinar. Diversos aspectos positivos sempre são citados em relação ao Brasil. Alguns deles vindos da agricultura. A eficiência com que produzimos etanol, a abrangência que o plantio direto tem por aqui, a dinâmica do setor em se adaptar rapidamente às mudanças são todos pontos positivos muito ressaltados no debate. Na área acadêmica, os aspectos negativos também são ressaltados, mas sempre com o contraponto dos aspectos positivos. Quem tem esta visão, eventualmente, acompanha este debate apenas como ele é relatado em meios de comunicação mais abertos, nos quais sempre o conflito e a coisa errada ganham do consenso e do bom exemplo.

AGROANALYSIS Sustentabilidade é uma questão somente rural ou também envolve o meio urbano?

SPAROVEK Sustentabilidade, muito mais que uma meta ou um ponto em que se quer chegar, depende das escolhas diárias. Caso todas as escolhas considerem a possibilidade de justiça, de respeito ao próximo, da melhoria da qualidade do ambiente, estaremos no caminho certo. Demore o tempo que for, estaremos fazendo o possível. Estas escolhas não são apenas corporativas, ou de um setor específico. Elas ocorrem em todos os níveis e lugares o tempo todo. Ocorrem na decisão de qual meio de locomoção você usa, onde compra, o que compra, do que se alimenta, para onde vai nas férias e como educa seus filhos. Ocorrem também nas empresas, de como reagem às crises, como tentam se desenvolver e lidar com as concorrentes. Ocorrem em como os governos, instituições e nações se relacionam. São escolhas, não são do urbano nem do rural. Não são das pessoas ou das empresas. Achar que alguém ou alguma instituição vai fazer a sustentabilidade para nós é um erro. Nossas escolhas individuais são tão importantes como aquelas das instituições.

AGROANALYSIS Qual a sua opinião sobre a decisão da presidente Dilma de vetar 12 dos 84 artigos e propor 32 modificações ao projeto do Código Florestal? Ajuda ou piora a busca por esse equilíbrio?

SPAROVEK A MP e os vetos foram necessários. Do ponto de vista técnico ou acadêmico não necessariamente estes vetos e esta MP, mas este não é o único ponto de vista em jogo. Seria muito arrogante e míope a ciência achar que o seu ponto de vista deva prevalecer sobre qualquer outro, o que inclui as circunstâncias específicas do processo de negociação política que pode tornar certas coisas, por mais que elas sejam importantes, inviáveis.

A ciência pode dizer que a vegetação natural ao longo dos rios é importante, não só no Brasil, mas no mundo todo. Que existe, de uma forma ou de outra, um reconhecimento disto em várias regiões do planeta. Pode dizer também que quanto mais perto do rio mais importante é preservar esta vegetação. Pode, com mais incerteza, indicar distâncias mínimas e máximas razoáveis. Mas tudo isto é relativo e é contínuo no espaço. A importância da vegetação não muda de uma hora para outra, ela vai diminuindo. Mas na lei é preciso fazer um corte abrupto nisto: até aqui pode plantar, daqui para frente fica para a natureza. Este corte não é mais da ciência, ela já entendeu que não é assim, que é contínuo. Este corte é essencialmente político, num pacto com a sociedade e com os grupos de interesse envolvidos. Quanto melhor o processo político, quanto mais razoável o pacto, tanto melhor o corte. No caso específico do CF, tanto o processo político como o pacto foram muito ruins; se o corte tivesse ficado bom, seria contra todas as probabilidades. O que raramente acontece. Isto não quer dizer que ficou ruim em termos absolutos. No final, em minha opinião, ficou muito acima da qualidade com que o processo político foi feito.

AGROANALYSIS Finalmente, na sua opinião, quais são os pontos positivos e os negativos do Código Florestal a ser aprovado?

SPAROVEK Os vetos e a MP aproximaram o texto à proposta do Senado. Em alguns aspectos, até melhoraram o entendimento, o equilíbrio e a conservação do resultado final (MP + vetos) em relação ao Senado. Alguns aspectos importantes ficaram sem melhoria ou estavam melhor no texto do Senado, principalmente o acesso às informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR).



gazetadopovo.com.br

> “Seria muito arrogante e míope a ciência achar que o seu ponto de vista deva prevalecer sobre qualquer outro...”

Quanto às Áreas de Preservação Permanentes (APPs) ripárias (espaço tridimensional que contém vegetação, solo e rio), no geral, houve progressos pela manutenção da exigência de sua restauração total ou próxima da total em 75% da área agrícola representada pelos imóveis maiores do que 4MF. Nos imóveis menores, a redução de exigência de restauração foi progressiva, mas algumas faixas de restauração ficaram muito pequenas (5 m e 8 m), questionando a sua relevância ecológica (mas fica o custo, pelo menos parcial). Os topos de morro ficaram fora de critérios dos objetivos de necessidade de restauração, ficando possível a consolidação total dos usos agrícolas existentes – dependem agora dos Estados e do Programa de Regularização Ambiental (PRA). ■

Macroeconomia

Limpando o passado

Rogério Mori*

O BRASIL dá passos importantes no sentido de reduzir as taxas de juros, com a eliminação de entraves históricos e mudanças em vários aspectos de funcionamento do mercado, no sentido de promovermos o funcionamento de algo mais próximo à realidade no resto do mundo. As taxas de juros na economia nacional são as mais elevadas do planeta. Isso onera enormemente a produção e o investimento produtivo e desestimula o consumidor a obter algum tipo de financiamento.

O governo brasileiro age recentemente em dois eixos fundamentais na tentativa de mudar essa dinâmica. O primeiro remete aos entraves relativos à redução da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central, que é indiretamente utilizada como referencial para as aplicações de renda fixa do País. A barreira mais imediata que surgiu foram as modificações para as aplicações financeiras em renda fixa não migrarem para a poupança.

Essa alteração abre espaço para a continuidade de queda na taxa Selic, até se situar em patamar próximo ao da inflação. Vale lembrar que a taxa Selic representa o custo de reservas bancárias das instituições financeiras por um dia, ou seja, uma operação de risco baixíssimo e que deve ter patamar próximo a zero em termos reais (como é no resto do mundo). A relação da Selic com a remuneração das aplicações de renda fixa é um entulho do período de inflação alta, ainda não removido desde a implementação efetiva do Plano Real em meados de 1994.

A outra frente em que o governo está atuando diz respeito às taxas de juros praticadas na ponta do empréstimo. Sem sombra de dúvida, há muito espaço para essas taxas caírem, e a arma utilizada pelo governo nessa batalha são os bancos públicos para forçar as quedas. Obviamente, embora a agenda de governo esteja correta (no sentido da queda dos juros), os instrumentos poderiam ser ampliados em outras direções mais favoráveis. Nesse contexto, se o objetivo é a queda da taxa de juros na ponta do empréstimo, as liberações dos depósitos compulsórios poderiam atuar de maneira mais efetiva e simétrica na indústria bancaria. A questão do crédito direcionado também poderia entrar em discussão nesse momento.

De qualquer forma, a agenda do governo está correta, mas deve ficar claro que isso só está sendo possível dadas as circunstâncias econômicas e financeiras internacionais. O baixo crescimento global, aliado à abundância de liquidez e a baixas taxas de juros no resto do mundo, transforma o Brasil em grande polo de atração de investimentos globais em renda fixa e em renda variável. Esses ingressos de capitais forçam a cotação do dólar para baixo e afetam duramente a competitividade da produção nacional. A redução dos juros elimina parte dessa atratividade exagerada e indesejada nesse momento, sendo sua continuidade fundamental para vários setores da economia brasileira.

Um importante avanço para a economia brasileira remete à desvinculação da remuneração das aplicações de renda fixa *vis-à-vis* da taxa de juros de curto prazo, como é o caso da taxa básica de juros.

Desde a estabilização da inflação em patamar baixo, a partir do Plano Real, em 1994, não ocorreram avanços significativos: os ativos de renda fixa continuam a ser remunerados com base na taxa de juros de curto prazo, independentemente do prazo da aplicação. Em outras palavras, investidores continuaram com ganhos na renda fixa sem risco, independentemente do prazo da aplicação (e do risco). É um momento único para o Brasil, pois desde a estabilização as condições nunca se mostraram tão favoráveis para uma mudança nesse sentido. Nos próximos meses as respostas ficarão mais evidentes. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Dados divulgados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) mostram que as exportações do agronegócio nos quatro primeiros meses do ano totalizaram US$ 26 bilhões, um crescimento de 2,5% em relação ao mesmo período de 2011. Já as importações tiveram incremento de 3%, atingindo a cifra de US$ 5,6 bilhões. O saldo comercial dos produtos do agronegócio aumentou de US$ 20,349 bilhões para US$ 20,835 bilhões. Mais uma vez, o destaque foi o desempenho do complexo soja: as exportações do setor subiram de US$ 6 bilhões nos primeiros quatro meses de 2011 para US$ 8 bilhões no mesmo período de 2012, uma elevação de 27%.

AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES PARA A ÁSIA

As exportações para a China cresceram 36%, resultado que elevou a participação do país de 14% para 18,6% no valor total exportado pelo Brasil. O crescimento das exportações para Hong Kong foi de 30%; Emirados Árabes Unidos, 42%; Tailândia, 35% e Índia, 138%.

COMPETIÇÃO ENTRE SOJICULTORES

Cerca de 1.300 produtores de todo o Brasil se inscreveram para o Desafio Nacional de Máxima Produtividade de Soja Safra 2011/2012, 25% a mais que no ano passado. A competição é uma das ferramentas do Comitê Estratégico Soja Brasil (Cesb) para estimular os produtores rurais a aplicarem melhores práticas agrícolas e ambientais para o plantio da leguminosa no País. O prêmio é uma viagem técnica aos Estados Unidos para visitar grandes produtores e centros avançados de tecnologia.

SUPLICY QUESTIONA CONSECITRUS

Em pronunciamento no Senado Federal, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou contra a não inclusão da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) e da Associação Brasileira de Critricultores (Associtrus) no recém-criado Conselho dos Produtores de Laranja e da Indústria de Suco de Laranja (Consecitrus). Pediu que o bom senso voltasse à mesa de negociações e que o novo Conselho possa representar todo o setor, sem a exclusão das duas entidades, que são representativas dos produtores da fruta. O senador argumentou que a entidade indicada como representativa dos agricultores no Consecitrus é a Sociedade Rural Brasileira, que tem entre seus sócios a CitrusBR, que representa a indústria.

PLANTIO DIRETO NA ÁFRICA

O Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) lançaram o livro *Plantio Direto no Sul do Brasil*, de autoria dos pesquisadores Augusto Guilherme de Araújo, Ruy Casão Junior e Rafael Fuentes Llanillo. A publicação foi solicitada pela FAO para apoiar um projeto de agricultura conservacionista que será desenvolvido no Quênia e na Tanzânia.

COOPERATIVISMO NA FAO



*** José Graziano à direita; Roberto Rodrigues à esquerda**

No próximo dia 7 de julho, Dia Internacional do Cooperativismo, a FAO realizará reunião, em Roma, para criar o seu Departamento de Cooperativismo. Sugestão do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues aceita pelo diretor-geral do organismo internacional, José Graziano. Vale ressaltar que Roberto Rodrigues será nomeado o novo embaixador da FAO para o Cooperativismo. E vale lembrar que, graças a um trabalho iniciado pelo ex-ministro, desde que assumiu a presidência da Aliança Cooperativista Internacional (ACI), em 1997, a ONU declarou 2012 como o Ano Internacional do Cooperativismo.

FGV PROJETOS FECHA ACORDO PARA CRIAÇÃO DE FUNDO DE INVESTIMENTOS DE US$ 1,2 BI

A FGV Projetos e o BTG Pactual fecharam acordo para o lançamento de um fundo de investimentos lastreado em projetos de produção de biocombustível na África. O acordo foi firmado na sede do BTG Pactual, em Nova York, onde o Chairman e CEO do banco de investimentos, André Esteves, foi agraciado com o prêmio Person of the Year, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. O fundo foi anunciado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em vídeo gravado especialmente para o momento da premiação. Para o Diretor da FGV Projetos, Cesar Cunha Campos, esta iniciativa, além do caráter inovador, contribui para o desenvolvimento dos países africanos e está totalmente alinhada com a política global de incentivo à produção de energia e combustíveis mais limpos. O valor total do fundo é de US$ 1,2 bilhão e será lançado no mercado para captação pelo BTG Pactual em três meses.



* Cesar Cunha Campos à direita; André Esteves à esquerda

MAIS UM RECORDE AGRISHOW

Mais um recorde na Agrishow. Em cinco dias, 30 de abril a 4 de maio, a 19ª edição da maior feira de tecnologia em ação da América Latina e terceira do mundo, realizada em Ribeirão Preto, atingiu a cifra de R$ 2,15 bilhões em volume de negócios, 23% a mais que no ano passado, que foi de R$ 1,75 bilhão. Segundo seu presidente, Maurílio Biagi Filho, a política de redução de juros, que vem sendo adotada pelo governo, contribuiu para o bom resultado dos negócios da feira, que teve 152 mil visitantes, dois mil a mais que o número estimado.

OUTLOOK BRASIL – PROJEÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), o estudo *Outlook Brasil - Projeções do Agronegócio* faz um raio X do agronegócio brasileiro e prevê uma retração na expansão da agricultura até 2022, mas, ainda assim, terá um crescimento considerável. O trabalho avalia dez das grandes cadeias produtivas do setor (soja, milho, cana, arroz, algodão, feijão, trigo e as carnes bovina, suína e de frangos) e considera os impactos nos setores de fertilizantes, transporte, uso da terra, entre outros fatores relacionados à atividade agrícola. E prevê crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desses produtos, da ordem de 42%, no período analisado, para R$ 578,2 bilhões.

DESTAQUE PARA A SUSTENTABILIDADE

Os programas de boas práticas agrícolas e socioambientais da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e suas associadas mereceram destaque pela ONG TNC (The Nature Conservancy), uma das maiores organizações de conservação ambiental do mundo, através da publicação *Boas Práticas Agrícolas e Certificação Socioambiental – a Caminho da Sustentabilidade*. Entre os destaques estão o Programa Soja Plus; Soja Mais Verde; Boas Práticas Agrícolas e Programas de Sustentabilidade da Amaggi, Bunge, Cargill e do Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares); Moratória da Soja e Cadastro Ambiental Rural (CAR).

EMBRAPA AGROENERGIA COMEMORA SEIS ANOS

A inauguração de novos laboratórios marcará a comemoração do sexto aniversário da Embrapa Agroenergia, que contará também com lançamentos de publicações e assinatura de termo de cooperação técnico-científica. Este é o primeiro ano em que a unidade terá a seu dispor os seus laboratórios para executar em plenitude as ações de pesquisa sob sua responsabilidade. As pesquisas estavam sendo realizadas em laboratórios de entidades parceiras, tais como a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, a Embrapa Cerrados e a Universidade Católica de Brasília.

"A vergonha dos cientistas e participantes brasileiros na Rio+20 não será com o Código Florestal, mas, sim, em explicar ao mundo por que destruímos o combustível renovável mais respeitado, que é o etanol de cana, aqui dentro do Brasil. É a pergunta que me fazem cientistas internacionais."

MARCOS FAVA NEVES, professor titular de planejamento e estratégia na FEA-RP/USP Campus Ribeirão Preto, chefe do Departamento de Administração e coordenador científico do Markestrat

"O cooperativismo é a receita para a democracia e para a paz."

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

"Acreditamos fortemente que o diferencial dessa década será a influência do profissional ligado à área de sustentabilidade nas decisões de instituições, governos e empresas para que não só a parte econômica seja levada em consideração, mas, sim, todas as questões socioambientais."

MARCUS NAKAGAWA, presidente da Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade (Abraps), referindo-se à Rio+20

"O produtor precisa estar consciente de que o cultivo sustentável é uma boa maneira para aumentar a produtividade."

ORLANDO MARTINS, presidente do Comitê Estratégico Soja Brasil (Cesb)

"A rastreabilidade de toda a produção é fundamental para o torrefador, enquanto o agricultor busca reconhecimento pelo seu trabalho. Transparência é justamente tornar visível para o mercado o que cada cafeicultor está fazendo para melhorar a qualidade da oferta."

ROBERTA ARMENTANO, gerente de operações da Nucoffee, sobre o II Simpósio de Mercado e Certificação de Café Monte Carmelo (MG)

"Quanto mais distante está a propriedade do agricultor, maior ela é."

JOSÉ DANGHESI, diretor da Agrishow e da Reed Exhibitions Alcantara Machado, promotora da feira

"O novo Código tem um foco muito grande no passado, mas de forma nenhuma deixou de olhar o futuro, e tem gente que não quer ver isto."

GLAUBER SILVEIRA, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja – Aprosoja Brasil



ethanolbrazilbr.agraevents.com

Foi uma grande honra servir a um setor tão fundamental para a vida nacional e cada vez mais vital para o mundo, devido à crescente gama de soluções de baixo carbono que vem da cana-de-açúcar."

MARCOS JANK, ao anunciar sua saída da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), no último mês de abril

"A desorganização fundiária é o gatilho do desmatamento. Por isso, regularizar a posse da terra é fundamental."

CESÁRIO RAMALHO DA SILVA, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), em artigo publicado na edição nº 11, novembro de 2009, de ***Agroanalysis***

Energia renovável

Ampliação do espaço internacional

Cesar Cunha Campos[1]
Cleber Lima Guarany[2]

O DESAFIO de produzir energia barata e em quantidade tem estado na pauta de governos do mundo inteiro. A disponibilidade de energia, sem comprometer a oferta de alimentos e água, é um dos componentes básicos para assegurar o desenvolvimento de um país.

Para muitas nações, esse desafio ainda está longe de ser equacionado, principalmente devido à excessiva dependência de combustíveis fósseis.

A concentração da produção de um recurso energético largamente utilizado pela humanidade representa uma ameaça constante para a estabilidade política e econômica de várias regiões do planeta.

Apesar disso, com algumas exceções, a participação das energias alternativas na matriz energética de muitos países ainda é pouco representativa. Dessa forma, observa-se um modelo energético cuja trajetória é difícil de se alterar, mesmo considerando o atual preço do barril de petróleo na casa dos US$ 120. De fato, pode-se concluir que a diversificação da matriz energética do planeta ainda não aconteceu para valer.

O padrão de geração e consumo de energia no mundo permanece ditado pelas grandes economias. O gasto mundial está concentrado no Hemisfério Norte, a região que mais consome petróleo no mundo, principalmente para uso no setor de transportes e na geração de energia elétrica.

Esse modelo está se repetindo nos países emergentes. Com uma classe média em ascensão, o consumo de energia baseada nos combustíveis fósseis não para de crescer. Tal fato pode ser observado pelo aumento de consumo que esses países têm experimentado em diversos segmentos, como o de alimentos, roupas, eletrodomésticos etc.

Se as projeções apontam para uma oferta de petróleo cada vez menor e mais cara, então seria bastante razoável que o mundo começasse a diversificar sua matriz energética de maneira consistente, evitando a dependência excessiva do combustível fóssil.

Desse modo, perante uma iminente mudança de paradigma, estamos diante de um planeta com oportunidades latentes no setor de energia.

Os biocombustíveis podem iniciar a diversificação da matriz energética mundial sem alterar o padrão atual de consumo no mundo, baseado principalmente nos combustíveis líquidos para o setor de transportes, e com vantagens em relação à maioria das alternativas existentes.

O segmento dos biocombustíveis representa uma excelente oportunidade para o Brasil. Com tecnologia e experiência adquirida ao longo dos últimos anos, o País pode oferecer um leque de alternativas concretas de produção de bioenergia para o mundo, principalmente para as nações situadas na região do cinturão tropical, entre os Trópicos de Câncer e Capricórnio, que possuem condições edafoclimáticas para produção de diversas culturas energéticas.

Essas nações podem produzir biocombustíveis, tanto para satisfazer suas próprias necessidades como as demandas de outros países, e inaugurar um importante movimento capaz de trazer prosperidade, já que esses tipos de projetos têm força para se tornarem uma importante ferramenta de progresso e poder para gerar diversos benefícios.

Pela primeira vez em sua história, o Brasil apresenta-se como um candidato natural para liderar o movimento de expansão da produção de biocombustíveis no mundo. O País possui todas as condições para assumir a liderança tecnológica da produção de uma *commodity* essencial para a humanidade, além de aumentar a sua influência política no mundo.

Em termos econômicos, diversos segmentos ligados ao agronegócio brasileiro poderiam se beneficiar desse posicionamento estratégico e elevar a exportação de bens e serviços. Dentre estes, podem-se

Principais benefícios dos biocombustíveis (etanol, biodiesel, biomassa e biogás)

- Energia sustentável, ciclo de carbono fechado.
- Recuperação de áreas degradadas.
- Grande área de cultivo no mundo, principalmente nos países localizados no cinturão tropical.
- Geração de riqueza para os países produtores.
- Geração de renda e empregos, principalmente no campo, evitando o inchaço das cidades.
- Dinamiza o setor agrícola do país, ajudando a produção de alimentos.
- Diminui a dependência dos combustíveis fósseis.

Principais sugestões de iniciativas para estratégia brasileira de introdução dos biocombustíveis na matriz energética mundial

- Acordos trilaterais de cooperação com países da região do cinturão tropical e aqueles grandes consumidores de combustíveis.
- Exemplo: MOU Brasil/Estados Unidos para desenvolvimento de biocombustíveis na América Central e no Caribe.
- Parcerias estratégicas com agências e bancos multilaterais para financiamento de estudos e projetos: Unep, FAO, BID, Bird, BAD, entre outros.
- Planejamento por cadeia de valor de modo a identificar campos de cooperação com países envolvidos: etanol, biodiesel e biomassa.
- Plano de capacitação agrícola e industrial.
- Coordenação do governo brasileiro com entidades setoriais envolvidas na cadeia de produção de biocombustíveis.
- Fundo de Investimento para execução dos projetos de biocombustíveis no cinturão tropical.
- Exemplo: Tropical Belt Fund – Iniciativa da FGV/países da região do cinturão tropical.

mencionar o setor de máquinas & equipamentos agrícolas e industriais, insumos agrícolas como fertilizantes e defensivos, serviços nas áreas de plantio, manejo, colheita, armazenamento, distribuição e comercialização, entre outros.

Não devemos esquecer que o aumento da produção de biocombustíveis na região do cinturão tropical traria também a oportunidade de desenvolver projetos de produção de alimentos.

A FGV Projetos vem estudando e analisando a aptidão dessa região para produzir biocombustíveis desde 2007 e já analisou mais de 240 milhões de hectares em 36 expedições de campo.

Somente considerando a utilização de áreas degradadas ou abandonadas, foram realizados 60 estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira que pré-aprovaram 41 projetos com governos de 12 países.

Dentro desse universo, destacamos Moçambique, país da África oriental que possui aproximadamente 80 milhões de hectares, sendo 36 milhões aptos à produção de diversas culturas agrícolas.

Foram elaborados mapas de zoneamento agrícola, compostos do zoneamento edafoclimático, e o zoneamento ambiental para 14 diferentes culturas em Moçambique. O trabalho realizado mostrou que o país tem uma área expressiva para produção de biocombustíveis e alimentos.

Para os biocombustíveis, foram realizados estudos para determinar o potencial que o país possui para atender tanto às demandas internas como às demandas externas do continente africano.

Considerando a produção de etanol e biodiesel, percebe-se que o país tem condições de cumprir esse objetivo comprometendo 0,1% de sua área agricultável para atender a uma mistura de 20% de etanol na gasolina (E20) e de 20% de biodiesel no diesel (B20).

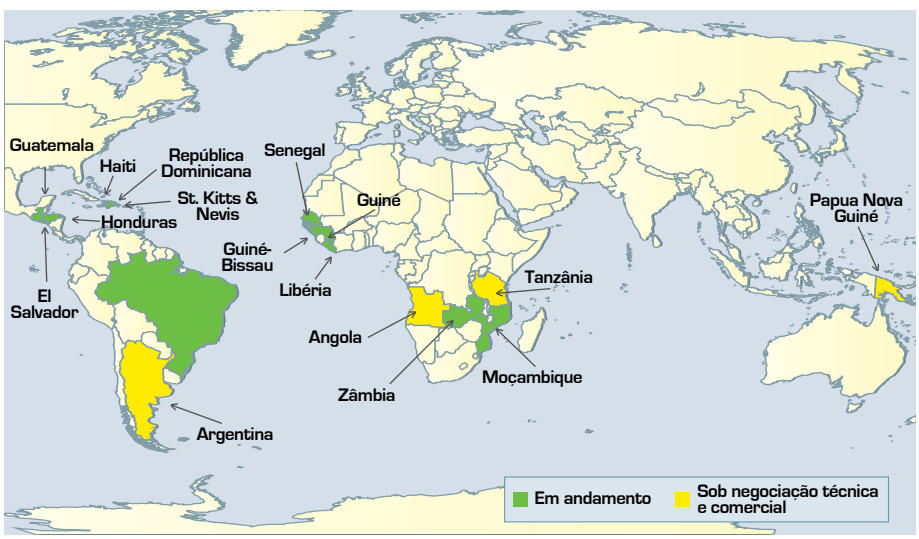
Neste caso, vale ressaltar que Moçambique ainda não teria massa crítica para absorver 100% de um módulo de produção-padrão para atender às quantidades de etanol em E20, sendo necessário que um determinado empreendimento de produção de etanol objetive também o mercado externo.

A analogia de comprometimento de terras é a mesma para atender às demandas de todo continente africano com o E20 e o B20, e neste caso a necessidade seria 10% das terras agricultáveis de Moçambique.

A riqueza criada com as produções de etanol e biodiesel nas misturas consideradas seria bastante significativa para Moçambique. A fabricação de biocombustíveis em território moçambicano seria também uma importante alavanca de crescimento da economia como um todo, referendado pelos benefícios citados.

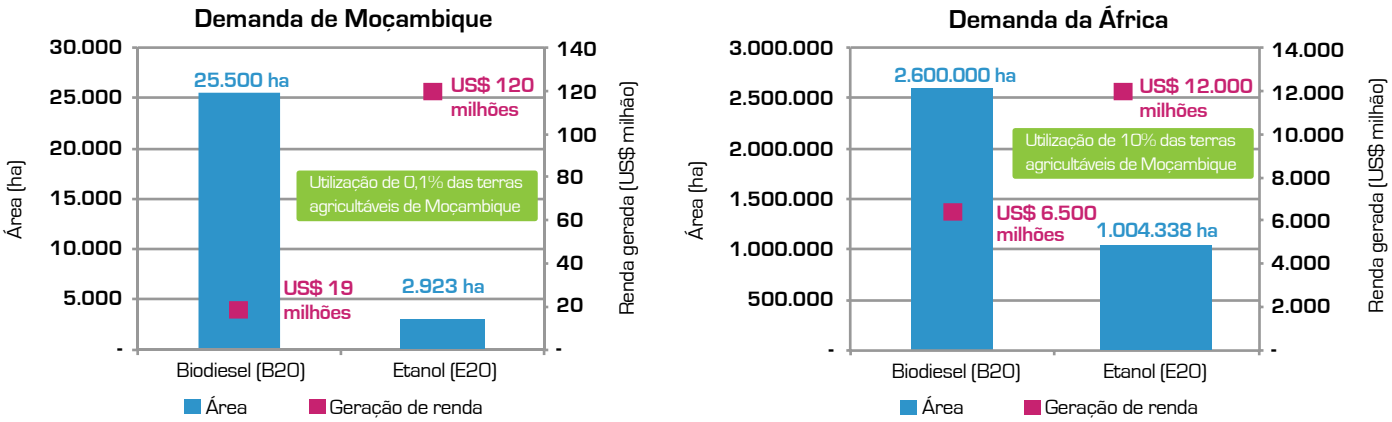
Apenas pensando em atender ao mercado interno, quanto à criação de postos de trabalho, seriam criados mais de três mil empregos diretos nas cadeias de biodiesel e etanol, elevando para 7% o PIB agrícola do país, hoje na casa dos US$ 2 bilhões.

Países com estudos de biocombustíveis da FGV projetos



Fonte: FGV Projetos

Produção de biocombustível em Moçambique: riqueza gerada e área ocupada para atender às demandas do país e da África



Base: Etanol de cana-de-açúcar e biodiesel de óleo de palma
Fonte: FGV Projetos

Se analisarmos um cenário de suprimento das necessidades africanas em E20 e B20, esses números ganham maior projeção com a criação de mais de 300.000 postos de trabalho diretos e um incremento de mais de US$ 18 bilhões no PIB agrícola.

É inegável a contribuição que os biocombustíveis podem oferecer para vários países. O cenário aqui construído com Moçambique traz uma mostra clara do quanto o processo de diversificação da matriz energética de um país ou de uma região pode trazer de benefício para estas sociedades.

Além da África, existem outros grandes centros consumidores no mundo, com demandas bem superiores, que poderiam importar grandes volumes de biocombustíveis dos países da região do cinturão tropical. Dentre estes, podem-se mencionar China, Japão, Índia, Europa, entre outros.

Esse tipo de movimento teria capacidade de transformar os biocombustíveis em uma *commodity* mundial, trazendo maior confiabilidade e previsibilidade para consolidação desse mercado. Além disso, impulsionaria de maneira significativa um desenvolvimento sustentável da região do cinturão tropical, trazendo emprego e renda para a população.

Nesse contexto, o Brasil tem um papel fundamental de oferecer *know-how* para capacitação da produção de diversas culturas energéticas e um vigoroso pacote tecnológico para produção dos biocombustíveis.

Existem algumas iniciativas que o Brasil poderia liderar como parte da estratégia do País para introdução dos biocombustíveis na matriz energética mundial, ajudando de maneira expressiva a impulsionar este mercado.

A Fundação Getulio Vargas, como uma das cinco maiores *Think Thanks* do mundo, tem trabalhado na criação de modelos de desenvolvimento de geração de riqueza com o objetivo de diminuir a pobreza no mundo através de projetos sustentáveis de alta inclusão social.

A produção de biocombustíveis tem condições de cumprir esse papel com maestria, desde que a sociedade mundial, principalmente aquelas consumidoras de grandes quantidades de energia, passe a considerar em suas matrizes energéticas a utilização de bioenergia das regiões tropicais do planeta com aptidão para produção sustentável. ■



SXC.HU

1 Diretor da FGV Projetos
2 Coordenador de Projetos da FGV Projetos

Japão

Tempo de resiliência e superação

Gutemberg Barone A. Nojosa*

EM 2011, o Japão foi literalmente estremecido por terremotos, tsunâmis, tufões, por crise nuclear e também sofreu com a guerra cambial. O dólar atingiu cerca de 76 ienes, nível similar ao do pós-guerra. O Japão precisou ter bastante resiliência para superar todos os desafios e adversidades de 2011. O país recuperou portos, aeroportos e partes do sistema de transporte rodoviário e ferroviário para manter a atividade econômica e o abastecimento das cidades no nordeste do país. No setor agrícola, o Japão priorizou o escoamento e o abastecimento de produtos. Agora, passado mais de um ano dos eventos que abalaram o país, a infraestrutura de transporte e logística de cargas está praticamente reconstruída, mas ainda há necessidade de reconstruir as cidades atingidas pelo tsunâmi. Toda a tecnologia disponível foi usada para dessalinização de solos inundados pelo tsunâmi, e o arroz já voltou a ser cultivado em áreas antes salinizadas. O país também busca desenvolver metodologias que acelerem a descontaminação de solos radioativos. O Japão refaz as contas do custo da reconstrução e segue trabalhando para recuperar os danos, inclusive os da crise cambial. Além disso, continua com o auxílio aos agricultores que foram atingidos pelos desastres de 2011.

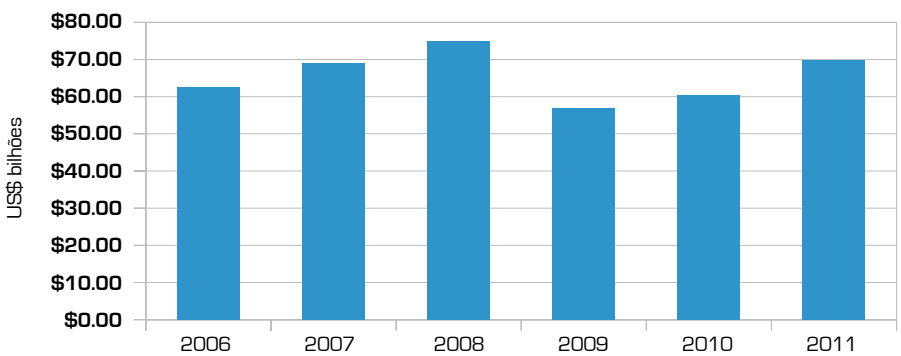
A meta de buscar a autossuficiência alimentar ou de pelo menos diminuir a dependência das importações agrícolas ficou mais complexa no cenário atual de crises e mudanças globais. O abastecimento do Japão em base calórica continua, em grande parte, dependente de importações. Devido ao grande terremoto de março de 2011, alguns analistas esperavam um aumento dos preços de alimentos. De fato, alguns preços aumentaram, mas, superadas as dificuldades iniciais de distribuição, o índice de preços de alimentos do Japão (CPI) em 2011 caiu 0,4%, principalmente devido aos preços de vegetais e ao uso de estoques.

A agricultura continua recebendo grande atenção dos políticos japoneses em função das negociações de acordos de livre comércio, dos Economic Partnership Agreements (EPAs) e do Transpacific Partnership (TPP). O setor agrícola japonês está mobilizado para tentar evitar o avanço dessas iniciativas, ou pelo menos conseguir que alguns produtos como arroz, carnes, leite e frutas sejam excluídos desses acordos. Além disso, no início de 2012, pela primeira vez os ministros da Agricultura do Japão, da China e Coreia do Sul se reuniram e iniciaram discussões de alto nível, buscando um acordo de livre comércio, abastecimento, segurança alimentar e prevenção de pragas e doenças.

Apesar de ter um dos maiores Produto Interno Bruto agrícola do mundo, o Japão segue como um dos maiores importadores mundiais de alimentos. O valor das importações da agricultura, floresta e pesca do Japão em 2011 superou em 13% o total importado em 2010, alcançando cerca de US$ 69 bilhões. Desde 2008, o Brasil se mantém como o sexto maior fornecedor de produtos agrícolas para o Japão, e, em 2011, sua participação alcançou 5% do total, com aumento de 30% em relação a 2010.

Os principais responsáveis pela manutenção da posição brasileira no *ranking* de fornecedores de alimentos para o Japão foram a carne de frango, o café, milho e a soja. O frango continua sendo o

Importações agrícolas do Japão (2006 a 2011)



Fonte: Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão (MAFF)


SXC.HU

principal produto do agronegócio brasileiro exportado. As exportações brasileiras de carne de aves alcançaram cerca de US$ 1,4 bilhão em 2011, aumento de 33,6% em relação ao valor de 2010. Contudo, o Brasil tem perdido participação nos últimos anos e em 2011 teve 87% do volume importado pelo Japão. O Brasil e o Japão concluíram as negociações do Certificado Zoossanitário Internacional para carnes de aves, e agora há mais garantias no comércio desse produto entre os dois países. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) fez um grande esforço para concluir essa negociação. Com o novo certificado, caso ocorra foco de gripe aviária no Brasil, apenas a área do foco será impedida de exportar para o Japão, e não todo o País, como ocorreria caso os requisitos não tivessem sido renegociados.

Em 2011, as importações japonesas de café alcançaram cerca de 175 bilhões de ienes (~US$ 2,2 bilhões). O Brasil forneceu 32,17% e continua como o maior fornecedor para o país asiático.

O milho é um exemplo do potencial do mercado japonês para o agronegócio brasileiro. Em 2006, as exportações de milho para o Japão eram praticamente nulas. Em 2010, esse cenário começou a mudar, e, em 2011, cooperativas japonesas enviaram missão ao Brasil para avaliação de risco de resíduos em milho. Após reuniões em Tóquio e no Mapa, além de visitas aos portos e a áreas de produção, os japoneses concluíram que nosso milho era seguro. Isso, aliado a problemas de safras em outros países, fez com que em 2011 o Japão importasse 887.861 toneladas de milho brasileiro, ou cerca de 23,39 bilhões de ienes (~US$ 292,4 milhões), valor praticamente igual ao que o Brasil exportou em soja para o Japão (23,51 bilhões de ienes). Considerando o valor total das importações japonesas de milho, o Brasil passou a ser o segundo maior fornecedor do produto, com participação de 5,48% nas importações japonesas e aumento de 75,35% em relação a 2010. O primeiro colocado continua sendo os Estados Unidos, com 90% de participação nas importações japonesas do grão.

Outro produto para o qual o Japão pode representar grande oportunidade é a carne suína. O Japão segue como um dos principais mercados de carne suína, com cerca de 1,6 milhão de toneladas comercializadas, valor 5,3% superior ao de 2010. O mercado doméstico foi responsável por 53%, e o restante corresponde a importações. O Brasil continua negociando a abertura do mercado de carne suína com o Japão.

Excluindo alguns setores específicos como o de aves e o de café, o mercado japonês de alimentos continua sendo um desafio para a maioria dos outros setores do agronegócio brasileiro. Nesses quase dois anos no Japão, tive a oportunidade de notar que muitos produtos brasileiros ainda são desconhecidos dos japoneses ou têm uma presença muito pequena no mercado local. É notória a ausência de polpas de frutas, castanhas, vinhos, espumantes e outros produtos brasileiros processados no mercado japonês. Em parte isso se deve à falta de conhecimento das necessidades e características do mercado japonês. O consumidor japonês tem um paladar específico e é ávido por produtos com rótulos informativos, coloridos, e sempre deseja um produto customizado ou que se apresente como novidade saudável. É importante conhecer o que faz um produto diferente e o motivo para se consumir ou experimentar algo novo. Essas diferenças precisam ser respeitadas caso as empresas brasileiras desejem conquistar o paladar e mercado japonês.

De forma muito simplista, seria possível dizer que em 2011 o Brasil deixou de competir por cerca de US$ 10,7 bilhões nas importações agrícolas do Japão. Esse foi o valor importado em carnes suína, bovina, frutas frescas e secas. Esses são mercados fechados ou nos quais o Brasil tem pequena participação. Contudo, posso dizer que em quase dois anos de trabalho ocorreram importantes avanços na consolidação da posição brasileira como um dos fornecedores de alimentos para o Japão. As barreiras para o café e carnes processadas diminuíram e continuam sendo negociadas na busca da eliminação. Novas oportunidades de fluxo de comércio se concretizaram, como é o caso do milho, e as negociações de carne suína estão avançando. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Engenheiro Agrônomo, Fiscal Federal Agropecuário, Adido Agrícola na Embaixada do Brasil em Tóquio – Japão, Mapa

**Todos os valores em US$ foram convertidos utilizando a cotação de US$ 1 = 80 ienes.


FAÇA
melhor do que nunca.
Se você pudesse fazer qualquer coisa com seus negócios, o que você faria? Para onde levaria sua empresa? Seja qual for a sua visão, a SAP pode ajudar a torná-la real. Acelere suas mudanças. Aproveite cada oportunidade quando e onde ela aparecer. Tenha insights instantaneamente. Desde ajustar até transformar sua empresa, a SAP pode ajudar você a inovar.
Faça melhor do que nunca com a SAP.
sap.com.br/melhordoquenunca
© 2012 SAP AG. SAP e o logo SAP são marcas próprias e registradas da SAP AG na Alemanha e em vários países.
FAÇA MELHOR.
SAP

Bolsa Brasileira de Mercadorias

Mercado de derivativos de *commodities*

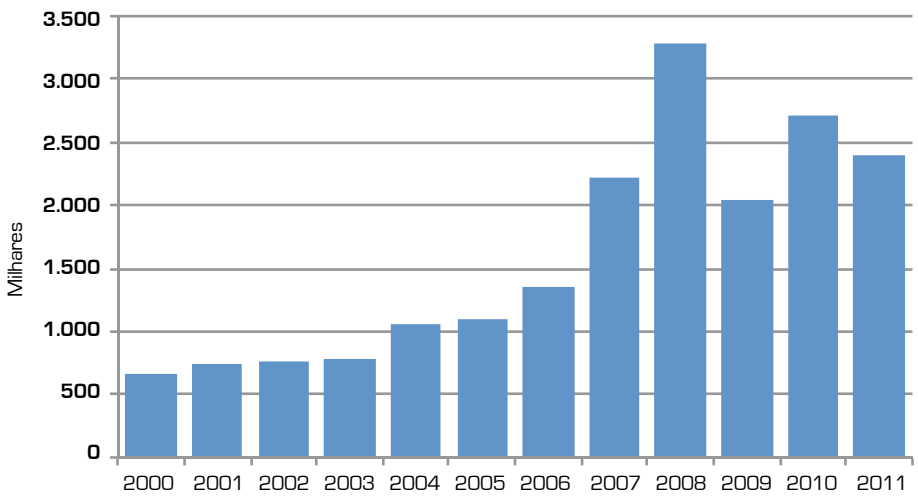
Matheus Levy Guri de Souza*

BASTA OBSERVAR o número total de contratos de *commodities* negociados, entre futuro e opções, para perceber a forte evolução do mercado de derivativos no Brasil desde 2000. A trajetória de crescimento foi interrompida em 2009, em função da crise financeira internacional, mas retomada em 2010 e 2011. Outro indicativo importante da recuperação do crescimento em 2010 é o número de posições dos contratos em aberto. No último pregão de 2011, havia 146 mil contratos em aberto de futuros e opções, sendo 103,9 mil de opções e 42,1 mil de contratos futuros.

O ano de 2012 iniciou de certa forma estável quanto ao direcionamento e aos níveis dos preços e fez com que os participantes dos mercados agropecuários ficassem retraídos ao invés de buscar instrumentos de proteção quanto ao risco de oscilação dos preços. Com isso, os dois primeiros meses do ano negociaram volumes inferiores aos de 2011. No entanto, o mês de março marcou o início da recuperação das negociações dos contratos agropecuários.

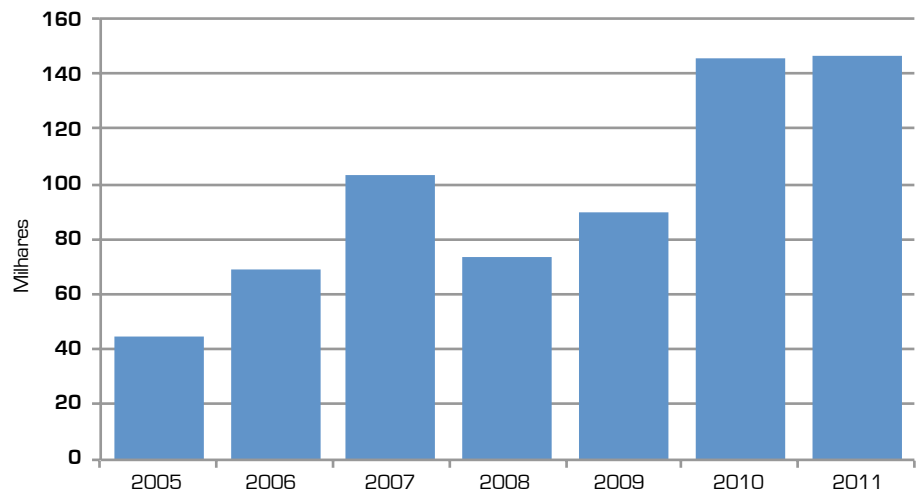
No primeiro trimestre de 2012, foram negociados 479.960 contratos de derivativos agropecuários, queda de 2,3% em relação ao primeiro trimestre de 2011. Destaque para o mercado de milho, que negociou 170.571 contratos, crescimento de 32,5% sobre o 1° trimestre de 2011. O mercado de boi gordo, que representa a maior participação entre as *commodities* agropecuárias, negociou 184.760 contra-

Contratos negociados de *commodities* agropecuárias (futuros + opções)



Fonte: BM&FBovespa

Contratos em aberto de *commodities* agropecuárias (futuros + opções)



Fonte: BM&FBovespa

tos, ficando praticamente estável em relação a 2011.

A queda no trimestre deveu-se ao mercado de café, que recuou 34,4% em relação ao mesmo período de 2011. A participação dos investidores não residentes no mercado declinou rapidamente após a introdução do IOF no ingresso de capital estrangeiro no Brasil, principalmente no mercado de café. Desde outubro de 2009, houve um mergulho na participação dos não residentes no mercado de café, da faixa 25-30% no período imediatamente anterior à entrada em vigência do IOF para cerca de 2% no fim de 2011. A importância brasileira no comércio internacional de café estimula o interesse de clientes não residentes nesse mercado, pois são muito comuns as operações de arbitragens de preços entre os contratos de café da BM&FBovespa e da ICE (Nova York). Em 1/12/2011, o governo zerou o IOF na operação dos não residentes, e a expectativa é de retorno desses investidores ao mercado agropecuário brasileiro.

Do total dos contratos negociados no 1° trimestre (479.960), foram negociados 86.763 contratos de opções, o que representa um aumento de 102% em relação ao 1° trimestre de 2011. Quanto à negociação de opções, os primeiros três meses de 2012 foram o melhor 1° trimestre na história dos derivativos agropecuários. O mercado de boi negociou 53.813 contratos de opções, crescimento de 141%, e foi responsável por 62% das negociações do total do mercado. O mercado de milho, que também merece destaque, negociou 26.559 contratos, alta de 60% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Volume global de futuros e opções negociados em Bolsa*

Categoria	2010	2011
Índice de Ações	7.416.030.134	8.459.520.735
Ações	6.295.265.079	7.062.363.140
Taxa de Juros	3.202.061.602	3.491.200.916
Câmbio	2.525.942.415	3.147.046.787
Agropecuários	1.305.531.145	991.422.529
Energia	723.614.925	814.767.491
Metais Não Preciosos	643.645.225	435.111.149
Metais Preciosos	174.943.677	341.256.129
Outros	137.655.075	229.713.692
TOTAL	**22.424.689.277**	**24.972.402.568**

*Baseado no número de contratos negociados em 81 Bolsas ao redor do mundo
Fonte: FIA (Futures Industry Association)

O mercado de derivativos no mundo em 2011

Os volumes dos negócios continuam em recuperação, mas ainda não atingiram o patamar pré-crise de 2008. Em 2011, o número de contratos futuros e de opções negociados em bolsas de todo o mundo subiu 11,4%, para um total de 24,97 bilhões de contratos, considerando-se todas as categorias de ativos. Ao longo dos últimos cinco anos, o volume global cresceu 60,9%. A maior parte desse crescimento veio dos mercados emergentes da China, Índia e Rússia, que avançaram ano a ano e foram relativamente pouco afetados pela crise de 2008 e 2009. O número total de contratos futuros e contratos de opções negociados nos EUA cresceu 33,3% nos últimos cinco anos.

Os países asiáticos continuam a representar a maior fatia do mercado global de derivativos negociados em bolsa, com 39% do volume total em 2011, enquanto a América do Norte representou 33% e a Europa, 20%. Apesar do crescimento do mercado norte-americano, o volume de negociação do mercado agropecuário apresentou redução em 2011 no mundo. ■


SXC.HU

*Analista da Diretoria de *Commodities* da BM&FBovespa

Código Florestal

Saiba tudo sobre a nova Lei

A LEI 12.561/12 e a MP 571/12 constituem, hoje, o novo Código Florestal do País, substituindo, a partir do dia 28 de maio passado, a Lei 4.771/65. A Lei 12.561/12 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidente da República com vetos em pontos importantes. As lacunas criadas pelos vetos foram preenchidas pela Medida Provisória (MP) 571/12.

O processo legislativo em torno da aprovação do Código ainda não está encerrado, restando a necessidade de votação dos vetos e da MP na Câmara dos Deputados, o que permite modificações nesse texto. Existe ainda a possibilidade de discussão do texto final, e de seu procedimento de formulação, no Judiciário. Entretanto, é preciso ter em mente que a Lei e a MP, tal como publicadas, já estão valendo, podendo ser aplicadas tanto pelos proprietários rurais quanto pelos órgãos de fiscalização do governo.

Para informar sobre as mudanças que o novo Código introduziu na legislação e indicar quais são os passos que o produtor rural deve seguir para regularizar sua propriedade em cumprimento da lei, ***Agroanalysis*** reuniu especialistas e seu corpo editorial para interpretar a nova Lei e a MP, resultando desse encontro uma análise crítica incluída no texto apresentado a seguir.[1]

O CÓDIGO, A PRODUÇÃO E O MEIO AMBIENTE

O debate no Brasil sobre a preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico concentra-se em dois pontos:

• a necessidade de manter e expandir a produção de bens industriais e agropecuários em escala adequada para fazer frente ao crescimento da população, do mercado interno e das exportações do País;

• a necessidade de reduzir o risco de graves danos ambientais como, entre outros, a destruição da biodiversidade e a poluição ambiental (contaminação de cursos d'água, disposição precária de efluentes e resíduos sólidos, poluição do ar).

Entre os principais pontos em discussão no debate, estão o tema das mudanças climáticas e o papel do homem no aquecimento global. Dois pontos merecem destaque:

a) não resta dúvida que as atividades humanas, ao gerar emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), são uma causa importante[2] do aquecimento global; e

b) entre as atividades econômicas, o desmatamento e a agropecuária possuem um peso significativo nas emissões de GEE.

O quadro 1, a seguir, apresenta as emissões líquidas dos Gases do Efeito Estufa por setor de atividade, e o quadro 2 mostra as emissões de GEE do item Mudança do Uso da Terra e das Florestas por bioma.

O quadro 1 mostra que, entre as atividades econômicas, o fator que mais contribui para as emissões de GEE no Brasil é Mudança no Uso da Terra e das Florestas (57,7% do total), seguido da Agropecuária. Já o quadro 2 não deixa dúvida: o bioma onde ocorrem 61,5% das emissões nesse item é a Amazônia. O desmatamento na Amazônia, por conseguinte, foi responsável por 35,5% de todas as emissões de GEE no Brasil no ano de 2005.



SXC.HU

Entretanto, conforme mostra o quadro 3, observou-se uma forte tendência de redução no desmatamento da Amazônia nos últimos anos. Entre outras razões para essa queda, pode ser citada a criação em 2004, pelo governo federal, do Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PP-

Quadro 1 – Emissões líquidas de Gases do Efeito Estuda (GEE) Brasil - 2005

ATIVIDADE	Tg CO_2 eq[3]	%
Energia	362	16,5%
Processos Industriais	37	1,7%
Agropecuária	480	21,8%
Mudança no Uso da Terra e das Florestas	1.268	57,7%
Tratamento de Resíduos	49	2,2%
TOTAL	**2.197**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1° Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases do Efeito Estufa

Quadro 2 - Emissões de GEE no item mudança no uso da terra e das florestas - Brasil - 2005

ITEM	Tg CO_2 eq	%
1. Mudança no Uso da Terra	1.260	99,4%
Bioma Amazônia	780	61,5%
Bioma Cerrado	379	29,9%
Outros Biomas	101	8,0%
2. Aplicação de Calcário nos Solos	7	0,6%
TOTAL (1 + 2)	**1.268**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1° Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases do Efeito Estufa

Quadro 3 – Desmatamento na Amazônia Legal

ANO	Hectares	Variação Anual (%)
2002	2.165.100	-
2003	2.539.600	17,3 %
2004	2.777.200	9,4 %
2005	1.901.400	- 31,5 %
2006	1.428.600	- 24,9 %
2007	1.165.100	- 18,4 %
2008	1.291.100	10,8 %
2009	746.400	- 42,2%
2010	700.000	- 6,2 %
2011	623.800	- 10,9 %

Fonte: Inpe/Prodes

CDAM). Além disso, foi implantado, no mesmo ano, o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), permitindo aos órgãos de fiscalização identificar os responsáveis e impedir, em caso de desmatamento ilegal, o financiamento de suas atividades.

A redução no desmatamento da Amazônia pode ser assim resumida em números: a média anual do triênio 2009-2011 (690.067 ha) é de apenas 36,3% do desmatamento ocorrido no ano de 2005 (1.901.400 ha).

Como vimos acima, o desmatamento na Amazônia foi responsável por 35,5% de todas as emissões de GEE no Brasil no ano de 2005. Em consequência, as emissões evitadas em cada um dos três últimos anos, em função da queda do desmatamento na Amazônia, é de 13% do total de emissões de GEE no Brasil no ano de 2005.

Esse fato tem um valor extraordinário, pois, além de revelar uma redução significativa nas emissões dos GEE, felizmente caminha na contramão da percepção generalizada no País, segundo a qual a legislação não é cumprida, a impunidade dos responsáveis pelo descumprimento da lei é a regra, e nenhuma ação governamental é eficiente.

O segundo setor mais relevante para o aquecimento global, conforme o quadro 1, é a agropecuária, responsável por 21,8% do total das emissões de GEE em 2005. O item mais importante, neste caso, está ligado à pecuária bovina: fermentação entérica, que contribuiu com 11,1% do total das emissões no País.

1. Participaram do encontro Roberto Rodrigues, embaixador da FAO e coordenador do Centro de Estudos em Agronegócio da FGV (GVAgro), Werner Grau, presidente do Conselho Consultivo da organização The Nature Conservancy (TNC) e sócio da Pinheiro Neto Advogados, e Laura Antoniazzi, pesquisadora do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone).
2. Embora não necessariamente a principal. No momento atual da pesquisa científica, há evidências (não suficientemente sólidas) indicando a ação humana e outras evidências (não suficientemente sólidas) indicando causas externas ao planeta (como as mudanças das manchas solares) como sendo a causa primordial do aquecimento.
3. 1 Tg CO_2 = 1 Milhão de t de CO_2 e eq = equivalente.
4. Fermentação entérica é um processo digestivo que ocorre no rúmen dos herbívoros ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos) e produz metano.

OS DETALHES DA NOVA LEI

RESUMO DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS

As principais mudanças trazidas pelo novo Código (Lei 12.561/12 e MP 571/12), em comparação à lei anterior (Lei 4.771/65), concentram-se nos seguintes pontos:

• Redução de exigências de preservação, tanto em APP quanto em RL, para propriedades de até quatro módulos fiscais.

• Redução de exigências de preservação e recomposição em APPs ripárias: faixas de vegetação menores e medição da faixa iniciando na borda da calha do leito regular do rio (e não mais do leito do rio no período de cheia, como era antes).

• Inclusão das Áreas de Preservação Permanente (APPs) no cálculo da Reserva Legal (RL).

• Compensação de RL pode ser feita em outra propriedade dentro do mesmo bioma.

• Espécies exóticas podem ser utilizadas, intercaladas com espécies nativas, na recomposição da RL (até 50% da área).

• Não há obrigatoriedade de recomposição quando a supressão da vegetação nativa ocorreu respeitando a legislação de RL em vigor à época da supressão.

• Surgem o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a ser gerido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e os Programas de Regularização Ambiental (PRA), com estímulos para regularização.

Essas mudanças foram introduzidas pelo novo Código nos artigos referentes a APP, à RL e Regularização de Propriedades e Penalidades.

As APPs ganharam destaque no novo Código, especialmente pela mudança que permite a inclusão da sua área no cálculo da RL. Integram as APPs as áreas adjacentes aos cursos d'água, nascentes e olhos-d'água perenes, lagos e lagoas naturais e veredas, e encostas e topos de morro.

Os Quadros 4 e 5, apresentados a seguir, contêm as normas que integram a nova legislação sobre APP, RL e Regularização de Propriedades.

Quadro 4 - APP: Cursos d'água, Nascentes e Olhos-d'água perenes

Módulos Fiscais	Cursos d'água (largura)		Nascentes e olhos-d'água Perenes	Lagos e Lagoas Naturais	Veredas (entorno do brejo)	Teto de preservação (soma total de APPs) * *
	Até 10 m	+ de 10 m				
0 a 1	5 m	5 m	5 m	5 m	30 m	10% da propriedade
1 a 2	8 m	8 m	8 m	8 m	30 m	10% da propriedade
2 a 4	15 m	15 m	15 m	15 m	30 m	20% da propriedade
4 a 10	20 m	30 a 100 m *	15 m	30 m	50 m	recomposição integral
Acima de 10	30 m	30 a 100 m *	15 m	30 m	50 m	recomposição integral

* Metade da largura do rio, observando o mínimo de 30 e máximo de 100 m

* * Para medição do teto de preservação, utilizar a área da propriedade em 22/07/2008

– Encostas e topo de morro: áreas consolidadas em altitude superior a 100 m ficam restritas a "atividades sustentáveis" (manejo florestal, cultivos como café, uva e maçã e pecuária extensiva).
– Não é possível consolidação de uso em APP em Unidades de Conservação de Proteção Integral instituídas até a data de publicação da MP.

Quadro 5 – Norma sobre RL e Regularização de propriedade

RL: exigência de matas nativas (% sobre área da propriedade)

Floresta Amazônica	Amazônia Legal e Cerrado	Demais regiões
80%*	35%	20%

• APP entra no cálculo do percentual de Reserva Legal.
• Reserva Legal pode ser compensada no mesmo bioma.
*Pode cair para até 50% em Estados e municípios com mais de 65% do território em Unidades de Conservação da Natureza.

Regularização da propriedade e Penalidades

• Anulação de multas por desmatamento condicionada à recomposição de APPs.
• Implantação do CAR. Proprietário terá 5 anos para aderir ao CAR sob pena de não mais conseguir acessar o crédito rural.
• Criação do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

EXERCÍCIO - MUDANÇA NA REGRA DE APP RIPÁRIA: QUANTO PRESERVAR?

O principal impacto das mudanças na versão atual do Código Florestal está ligado às Áreas de Preservação Permanente (APPs) em beiras de cursos d'água, nascentes e áreas úmidas. As chamadas APPs ripárias, que na legislação anterior exigiam a preservação de uma faixa de 30 metros em cada margem para rios com até 10 metros de largura, tiveram sua regra completamente transformada, de forma a compatibilizar a necessidade de preservação ao tamanho de cada propriedade. A nova regra divide as propriedades em categorias de acordo com os módulos fiscais, medida de extensão fundiária que no Brasil varia de 5 a 110 hectares, a depender da região. No Estado de São Paulo, por exemplo, o módulo pode variar de 5 a 40 hectares, enquanto na Bahia, esse valor fica entre 5 e 70 hectares.

De forma a analisar o impacto das mudanças nessas regras sobre a área preservada em diferentes regiões do Brasil, foi realizado um exercício com quatro perfis de propriedade (10 hectares, 50 hectares, 250 hectares e 1.000 hectares). Supondo que estas propriedades apresentem em sua área um rio de até 10 metros de largura (considerou-se que, nas propriedades de 10 e 50 hectares, a extensão do curso dentro da propriedade é de 200 metros, na propriedade de 250 hectares essa extensão é de 500 metros, e na de 1.000 hectares 1 km de extensão), buscou-se estimar a área que precisaria ser preservada (ou recomposta caso tenha sido desmatada) sob dois regimes legais: versão anterior (Lei 4.771/65) e versão nova do Código (Lei 12.561/12 e a MP 571/12).

O exercício considerou duas regiões representativas para fins de cálculo de módulo fiscal. Uma primeira com módulo de 16 ha, que é o valor mediano no Estado de São Paulo. Uma segunda considerou um módulo de 65 ha, que é o valor mediano no Estado da Bahia.

O ponto que fica mais evidente no exercício é a diferença entre a regra atual e a nova regra escalonada para pequenas propriedades. Para as propriedades de até quatro módulos, as exigências foram reduzidas, precisando recompor entre cinco e 15 metros: no pior dos casos o produtor deve preservar ou recompor o valor exigido pelo Código anterior. A redução maior ocorreu para propriedades com menos de um módulo, que necessitam preservar ou recompor apenas cinco metros em cada margem. Considerando que em algumas regiões o módulo ultrapassa os 100 ha, a nova regra viria a beneficiar grande número de propriedades. Contudo, as regiões em que o módulo fiscal apresenta valores maiores estão geralmente situadas na região Norte, em que a obrigação de preservação de Reserva Legal chega a 80% da propriedade.



SXC.HU

Quadro 6 - Cálculo de APP - Módulo Fiscal médio em São Paulo = 16 ha

Tamanho da propriedade (ha)	Módulos	Extensão do rio dentro da propriedade (m)	APP Código Anterior (ha)	APP Código Novo (ha)
10	0 a 1	200 m	1,2	0,2
50	2 a 4	200 m	1,2	0,6
250	Acima de 10	500 m	3,0	3,0
1.000	Acima de 10	1.000 m	6,0	6,0

Quadro 7 - Cálculo de APP - Módulo Fiscal médio na Bahia = 65 ha

Tamanho da propriedade (ha)	Módulos	Extensão do rio dentro da propriedade (m)	APP Código Anterior (ha)	APP Código Novo (ha)
10	0 a 1	200 m	1,2	0,2
50	0 a 1	200 m	1,2	0,2
250	2 a 4	500 m	3,0	1,5
1.000	Acima de 10	1.000 m	6,0	6,0

CONCLUSÃO

As mudanças na legislação criadas pelo novo Código tiveram o propósito de obter uma solução integrando os dois pontos fundamentais comentados no início da matéria (Produção e Meio Ambiente): a necessidade de garantir a expansão da produção agropecuária e de reduzir o risco de danos ambientais. Em virtude do clima de confronto criado nos debates que precederam a elaboração e aprovação da nova Lei, muitas críticas surgiram e vão continuar surgindo. Entretanto, o novo Código pode ser considerado o passo inicial para conseguir o compromisso entre as necessidades da produção e do meio ambiente, desde que:

• a tramitação no Congresso acabe por consolidar a nova Lei dentro de um prazo razoavelmente curto, de forma a trazer a estabilidade e afastar a insegurança dos produtores rurais;

• sejam criados, igualmente dentro de um prazo curto, o Programa de Regularização Ambental (PRA), garantindo estímulos para que as propriedades possam estar em conformidade com a lei.

Os aspectos legais da MP 571/2012

A Medida Provisória (MP) 571/12, que substitui o texto vetado, pode ser discutida com base no artigo 62, § 1º, IV, da Constituição Federal, que veda a edição de MP cuja matéria já tenha sido disciplinada em Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional.

É possível, assim, que a MP enfrente obstáculos de natureza legal, tais como:

• Mandado de Segurança (MS) contra a MP. Nesse caso, a nova legislação, até a palavra final do Congresso, seria a Lei 12.651/12 com todas as lacunas criadas pelos vetos;

• Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) declarando inconstitucional o novo Código Florestal. Essa possibilidade faria voltar o processo à estaca zero e vigorar novamente a Lei 4.771/1965;

• Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), sob o argumento de que a transformação da MP em Lei seria lesiva à sociedade. Aqui também voltaria a valer a lei de 1965.

O mais provável é que, apesar destes obstáculos, e em virtude das eleições municipais, a MP será refeita (caso não seja apreciada a tempo pelo Congresso, a MP pode ser refeita com algumas alterações, o que é questionável juridicamente, mas tem ocorrido) e valerá por todo este ano.

ESTÍMULOS PARA REGULARIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES E REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA

O novo Código Florestal inclui dois estímulos, já indicados, para a regularização das propriedades:

– a inclusão das Áreas de Preservação Permanente no cálculo da Reserva Legal;

– a permissão de compensação da área de Reserva Legal no mesmo bioma da propriedade.

Ademais, o texto abre a possibilidade de estímulos adicionais serem criados, integrando o PRA.

Alguns desses estímulos adicionais são aqui sugeridos:

a) Apoio ao produtor para a recuperação de pastagens de baixa lotação.

A pecuária bovina no Brasil é praticada de forma extensiva: o Censo Agropecuário de 2006 indica uma lotação de 1,14 cabeça por hectare, e o desfrute anual (percentual de animais abatidos anualmente) é de 22% do rebanho (cerca de 40 milhões de cabeças/ano).[5]

Se a lotação aumentar para 1,5 cabeça por hectare e o desfrute crescer para 30% do rebanho, utilizando-se "alternativas tecnológicas mais intensivas, como a correção do solo, adubação na formação das pastagens, uso das forrageiras melhoradas, manejo reprodutivo e sanitário eficientes", dois resultados significativos poderiam ser facilmente obtidos:

• a mesma produção seria alcançada em 89 milhões de hectares, liberando 69 milhões de hectares de pastagens, que equivalem a uma área maior do que a área total de lavouras no Brasil;

• a emissão de GEE seria reduzida, em função da correção e adubação do solo.

b) Implantação de Programa de Financiamento de Recomposição de APPs.

Esta ação poderia integrar o PRA e contar com recursos públicos. Adicionalmente, recursos privados podem ser aportados por empresas e entidades privadas, integrando sua política estratégica de *marketing* institucional.

c) Desenvolvimento de novas tecnologias de produção.

O governo poderia aportar recursos para obter, no médio e longo prazo, tecnologias de produção visando aumentar a produtividade e reduzir as emissões de GEE. Como exemplo, a Embrapa está obtendo resultados animadores com cultivares com menor exigência de água e desenvolve cultivares, por meio de nanotecnologia, que economizam insumos. Essas ações resultariam em redução de emissões e liberação de áreas para produção. ■

5. Essa informação e as demais do parágrafo seguinte encontram-se em Sparovek, Gerd - *A Revisão do Código Florestal Brasileiro*, 2011.



A BOLSA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Amplie os seus negócios!

O melhor lance é comprar e vender na Bolsa Brasileira de Mercadorias – o jeito fácil e seguro de comprar pela internet.

Negocie com produtores rurais, cooperativas, agroindústrias, exportadores e Governo.

A Bolsa Brasileira de Mercadorias faz todo o processo para você, da oferta ao pagamento.

- Leilões eletrônicos de compra e venda on-line de produtos agropecuários.
- Liquidação financeira.
- Formação de preços através de negociações transparentes.
- Tecnologia de sistemas e suporte operacional da BM&FBOVESPA.
- Câmara Arbitral para maior segurança.
- Opções de negócios com algodão, arroz, boi, café, feijão, milho, soja, trigo e outros.

Para saber mais, fale com uma corretora associada à Bolsa.

www.bbmnet.com.br

CENTRAIS REGIONAIS DE OPERAÇÕES
BELO HORIZONTE – MG (31) 3224 5826 | CAMPO GRANDE – MS (67) 3341 8888 | CURITIBA – PR (41) 3320 7800 |
FORTALEZA – CE (85) 3254 4018 | GOIÂNIA – GO (62) 3225 7497 | PORTO ALEGRE – RS (51) 3216 3700 |
RIO DE JANEIRO – RJ (21) 2223 9612 | SÃO PAULO – SP (11) 2565 4596 | UBERLÂNDIA – MG (34) 3212 1433

Bolsa Brasileira de Mercadorias



SXC.HU

Rio+20

Oportunidade para o desenvolvimento sustentável da agricultura mundial

Carlos Rossin[1]
Jose Rezende[2]

Entre os dias 20 e 22 de junho de 2012, ocorrerá, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Esse evento celebra 20 anos da Eco-92, que aconteceu no Rio de Janeiro e colocou o Brasil em destaque como um dos países na vanguarda da discussão socioambiental.

A Rio+20 não se trata apenas de uma conferência entre chefes de Estado; diversos eventos precedem esse encontro, como as atividades e discussões não oficiais e oficiais que serão realizadas durante todo o mês de junho.

O governo brasileiro faz esforços para que este seja um dos maiores eventos já realizados pelas Nações Unidas. Esperam-se mais de uma centena de chefes de Estado e cerca de 50 mil representantes da sociedade civil, do governo e de empresas.

O objetivo da Conferência é assegurar um comprometimento político em favor do desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes (texto oficial da Rio+20). Nesse sentido, o evento pretende avaliar os resultados dos últimos 20 anos, discutir os futuros desafios e, em sua resolução final, realizar recomendações que visem a uma economia voltada para o desenvolvimento sustentável.

O momento é oportuno diante dos recentes acontecimentos globais, como a crise econômica na Europa e América do Norte e o ascendente questionamento das estruturas de consumo e riqueza. É preciso buscar um novo modelo de produção e consumo. Este modelo, que prevaleceu por centenas de anos, demonstra uma visão limitada, cujas conclusões e teorias pouco garantem a manutenção das riquezas naturais e, consequentemente, a sustentabilidade do planeta.

O Produto Interno Bruto (PIB), um dos principais indicadores de crescimento de um país, e sua equação não incorporam as relações dos impactos ambientais e dos recursos naturais com as de produção. Por exemplo, no caso de um desastre ambiental, o PIB, em vez de baixar, aumenta, pois

Quadro 1 – Análises legais, ambientais e de boas práticas para a implantação de sistemas de produção agropecuária

1. Avaliação do quadro legal	• Constituição da República, leis de terras, Código Florestal, lei de crimes ambientais
	• Zoneamentos agroecológicos
	• Outros regulamentos aplicáveis
2. Respeito às áreas de preservação ambiental	• Análise das áreas de preservação ambiental ou zonas de proteção total ou parcial
	• Análise das áreas vulneráveis que apresentam algum tipo de risco ambiental
	• Avaliação do quadro legal relacionado ao aproveitamento e à gestão sustentável da terra
3. Aplicação de boas práticas	• Plantio direto na palha
	• Recuperação de áreas degradadas
	• Integração lavoura-pecuária-floresta
	• Utilização de energia renovável (biogás, biomassa etc.)
	• Aproveitamento de resíduos agrícolas e animais
	• Fixação biológica de nitrogênio no solo
	• Controle biológico de pragas

Fonte: **PwC Brasil**

a remediação ambiental gera diversas atividades econômicas que esse indicador interpreta como positivas, ou seja, quando se polui, há crescimento.

O mundo é um grande sistema, composto de ecossistemas que têm relações sistêmicas e ciclos naturais, os quais beneficiam a sociedade com serviços ambientais prestados sem ônus algum. As florestas, por exemplo, têm um papel fundamental na preservação de recursos hídricos, garantindo a proteção do solo necessária para absorver as chuvas e, assim, manter a regeneração das bacias hidrográficas.

A importância da produção sustentável é tratada em muitos artigos e documentos oficiais. Com o cuidado de não cair em armadilhas políticas promulgadas por apaixonados grupos de interesse, o que precisamos agora é determinar os limites e as condições de uma produção agropecuária que esteja de acordo com os principais tratados e convenções intergovernamentais.

Neste âmbito, vemos no novo Código Florestal a esperança de atender a importantes anseios de ambientalistas e agropecuaristas. Segundo o professor da Esalq-USP, Gerd Sparovek (2011), o novo Código permitirá a recuperação de 43 milhões de hectares, trazendo uma série de benefícios em relação à biodiversidade, solo, carbono e recursos hídricos para o País.

Torna-se fundamental, porém, tratar esta questão não apenas pelo viés ambiental, mas também pelo econômico e social. Por exemplo, as áreas de Reserva Legal (RLs) além das Áreas de Preservação Permanente (APPs) podem desequilibrar a relação entre produção e proteção ambiental, e a visão social de desenvolvimento sustentável também estaria severamente afetada.

Além disso, é necessário o comprometimento do Estado. Como bem ressaltou André Meloni Nassar, da Icone Brasil, em 2011, de acordo com a Constituição Federal, a obrigação de conservar fisionomias vegetais locais, objetivo das Reservas Legais, não é apenas responsabilidade do produtor rural, mas adicionalmente do Estado e da sociedade brasileira. Inserem-se neste contexto as recomendações feitas por outros países e organizações internacionais. Em razão da importância dada por estes Estados e organizações para a nossa fauna e flora, não seria prudente que eles também apoiassem o Brasil com recursos técnicos e financeiros?

Esse e outros temas serão o foco das discussões da Rio+20. Apesar de uma agenda muito ampla no contexto da economia verde ou *green economy*, o Brasil terá espaço para discutir elementos interconectados ao seu próprio desenvolvimento, como o agronegócio. O País, com vasta experiência neste setor, tem muito a contribuir com a comunidade internacional, principalmente no que tange à expansão sustentável da fronteira agrícola.

O continente africano, por exemplo, vive no momento uma revolução agrícola. Países como Benin, Burkina Fasso, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Togo, Mali, Níger, Senegal, República do Sudão, Moçambique, entre outros, buscam nas tecnologias e experiências agropecuárias do Brasil uma forma de impulsionar sua agricultura e o seu desenvolvimento. Portanto, a Rio+20 é a oportunidade e a possibilidade para o Brasil liderar as discussões rumo não só a um mundo, mas a uma agricultura mais sustentável.

1 Diretor da Consultoria em Sustentabilidade da PwC Brasil
2 Sócio Líder da Indústria de Agribusiness e da Consultoria de Negócios no Interior de São Paulo da PwC Brasil

Investimentos estrangeiros: As barreiras no agronegócio brasileiro

Ana Paula Malvestio[1]
Laura Queiroga[2]

Recentemente publicado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em conjunto com o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), o *Outlook Brasil 2022* divulgou as projeções para o agronegócio brasileiro para os próximos dez anos, apontando para um aumento da participação brasileira nas exportações mundiais dos principais produtos do agronegócio em percentuais superiores à média mundial. Os pontos de destaque foram:

- A capacidade de produção de fertilizantes (NPK) será ampliada em 79% em 2022;
- O PIB dos setores analisados apresentará um crescimento de 42% até 2022;
- Complexos soja, açúcar e etanol ampliarão a sua participação nos fluxos totais dos produtos do agronegócio, passando de 62% para 64%.

Nesse cenário, é inevitável trazermos à discussão a necessidade de investimentos para o agronegócio e o quanto é contraditório o atual contexto das restrições da Lei nº 5.709/71 impostas à aquisição de imóveis rurais por investidor estrangeiro pela Advocacia-Geral da União (AGU) – Parecer LA nº 01/2010. O Parecer impôs significativa barreira para esses investimentos, impactando negativamente a participação do capital internacional no agronegócio brasileiro.



SXC.HU

Adotava-se o entendimento, até a publicação deste Parecer, de que as restrições da Lei nº 5.709/71 para a aquisição de imóveis rurais não seriam extensivas às empresas brasileiras sob controle de empresas estrangeiras. Contudo, em agosto de 2010, a AGU manifestou-se de forma diversa, equiparando às empresas estrangeiras as empresas brasileiras das quais participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que detenham a maioria do seu capital social.

A constitucionalidade do Parecer da AGU é bastante questionada, uma vez que a distinção que existia entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional foi revogada pela Emenda Constitucional nº 06/95, de forma que sua equiparação para fins de imposição das restrições não teria sido recepcionada pela Constituição Federal vigente.

O cenário de restrições e burocracias para aquisições e arrendamento de terras por estrangeiros ensejou grande repercussão entre os envolvidos (investidores, governo, cartórios responsáveis pelos registros de imóveis) e interrupção de vários investimentos em curso no País. Publicada em dezembro de 2011, a Instrução Incra 70/2011 trouxe os procedimentos para a concessão de autorização pelo Incra para a aquisição ou arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros, bem como pessoas jurídicas brasileiras equiparadas aos estrangeiros.

A falta de subsídios dos órgãos competentes para aprovação das transações ocasionou a suspensão de registros envolvendo sócios estrangeiros por parte dos cartórios, e foi noticiado o início das disputas judiciais envolvendo compradores e vendedores de terras para decidir quem arcará com os custos das restrições.

Entidades representantes do setor produtivo afirmaram que o Brasil poderia perder R$ 60 bilhões em investimentos estrangeiros que estavam previstos até 2017 e seriam aportados no agronegócio nacional. Segundo dados apresentados pelo assessor técnico da Comissão Nacional de Política Fundiária da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Anaximandro Almeida, do total do capital retraído, R$ 7 bilhões seriam realizados no setor de grãos; R$ 16 bilhões, na cana; e R$ 37 bilhões, em florestas plantadas.

O impasse gerado pela manifestação da AGU em 2010 na interpretação das regras aplicáveis à aquisição de terras por estrangeiros ensejou o pleito pela regulamentação legal da matéria, tendo sido criada uma Subcomissão, na Câmara dos Deputados, com a finalidade de analisar as regras para a compra de imóveis rurais por estrangeiros.

Quadro 2 – Impasse na Subcomissão da Câmara dos Deputados

	Parecer AGU 01/2010	Proposta Beto Faro	Proposta Homero Pereira
Pessoa jurídica estrangeira	Máximo de 100 módulos, exploração indefinida	Máximo de 100 módulos fiscais, com até 5.000 hectares	Sem limite máximo
Empresa brasileira controlada por estrangeiro	Máximo de 100 módulos, exploração indefinida	Máximo de 100 módulos fiscais, com até 5.000 hectares	Tratada como empresa nacional

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Contudo, até hoje ainda não há consenso quanto à regulamentação da matéria pela Subcomissão. Segundo informações da Agência Câmara de Notícias, a principal divergência consiste na classificação de empresas brasileiras (proprietárias de imóveis rurais) com maioria de capital estrangeiro: Beto Faro (relator) as classifica como empresas estrangeiras, com uma série de limites para a aquisição de terras, e Homero Pereira (presidente da Subcomissão) as considera empresas brasileiras, sem limites para aquisição de imóveis rurais.

No último dia 9 de maio, foi realizada reunião deliberativa da Subcomissão Especial da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) para votação do relatório sobre o processo de aquisição de áreas rurais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, o qual deve ser a base para o projeto de lei que regulamentará a matéria. Contudo, tendo em vista a manifestação de um dos deputados, que apresentou um voto em separado, com pontos divergentes do relator Beto Faro, foi mais uma vez adiada a votação, a fim de que a assessoria técnica da Câmara dos Deputados possa fazer a junção dos dois relatórios.

Dada a relevância do tema em face do atual contexto gerado após a manifestação da AGU, a demora no enfrentamento da questão posterga a situação de instabilidade jurídica e estagnação de investimentos estrangeiros em terras no Brasil, dificultando sobremaneira o alcance das expectativas para o agronegócio em 2022.

1 Sócia da consultoria tributária e societária do Centro de Serviços em Agribusiness da PwC Brasil

2 Consultora sênior do Centro de Serviços em Agribusiness da PwC Brasil



SXC.HU

Parcerias estratégicas: A vertente socioeconômica do agronegócio

Luiz Albino Barbosa[1]
Vanessa Nardy[2]

Com a chegada da Rio+20, muito tem se falado sobre as questões ambientais que permeiam o agronegócio brasileiro, porém, poucas são as discussões que tratam das contribuições e deficiências sociais e econômicas ocasionadas por este setor.

O PIB do agronegócio em 2011, calculado pelo Cepea/Esalq/USP e pela CNA, cresceu 4,4%, enquanto que o PIB nacional, calculado pelo IBGE, apenas 2,73%. Atualmente, o agronegócio representa 22,15% do PIB e 7,29% do estoque de empregos formais no Brasil segundo a Rais/MTE. Ora, diante desta realidade, nunca é demais tratar dos impactos sociais e econômicos causados pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Para aqueles que acreditam ser a questão ambiental a parte mais importante do desenvolvimento sustentável, aqui vai uma importante mensagem: as principais convenções intergovernamentais que tratam de desenvolvimento sustentável têm o tema socioeconômico como uma das suas prioridades.

Tomemos, por exemplo, o caso da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), uma das mais importantes convenções criadas na Rio-92 (ou Eco-92). Muitos acreditam que o propósito da CDB é proteger a biodiversidade do planeta e, em especial, da Floresta Amazônica a qualquer custo. Mas poucos realmente leram a resolução final da Convenção. Aos que desejam realizar uma análise não apaixonada, segue o Preâmbulo da CDB:

"Reconhecendo que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas dos países em desenvolvimento"

Nesse sentido, levando em conta a pretensão e o exagero que seria tratar de todos impactos socioeconômicos, escolhemos três situações que, de maneira intensa, têm ocorrido nas últimas safras.

Baixa qualificação da mão de obra X mecanização das lavouras

Em praticamente todos os segmentos do agro, temos um grande déficit de mão de obra qualificada. Os produtores, algumas vezes suspeitos por terem diversas ações trabalhistas em andamento, reclamam da falta de qualificação e disponibilidade da mão de obra. Enquanto isso, movimentos sociais suspeitos por comporem interesses políticos, além de criticarem as condições de trabalho de diversos segmentos do agro, alertam que a mecanização das lavouras gerará um passivo social.

Independentemente da argumentação, a mecanização das lavouras é algo inevitável e, se o setor não se precaver, mais uma vez será apontado como bode expiatório dos principais problemas do Brasil (e do mundo), como ocorreu em 2008 durante a Crise dos Alimentos.

Usamos o exemplo do setor sucroenergético. Dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) apontam que a indústria da cana emprega 1,28 milhão de trabalhadores, sendo aproximadamente 400 mil envolvidos diretamente no corte da cana. Devido à mecanização, esse montante vem diminuindo consideravelmente. Para se ter uma ideia, apenas uma colhedora elimina 80 cortadores de cana, segundo o Grupo de Estudos em Recursos Humanos na Agroindústria (Gerhai).

E como esse setor está reduzindo seu impacto social? O governo federal criou o Programa Nacional de Qualificação para o Setor Sucroenergético para requalificar 25 mil trabalhadores no corte de cana, enquanto a Unica apresentou o programa RenovAção para treinar e requalificar sete mil trabalhadores por ano. A formação dos profissionais atende não somente às necessidades de operadores de colhedora, mas também mecânicos, motoristas e eletricistas. Iniciativas como esta podem ser aproveitadas por outros segmentos, como café e laranja, que apresentam colheita manual com uso intensivo de mão de obra e veem a mecanização como uma tendência inevitável.

Aplicação de boas práticas agrícolas X disponibilidade de capital

Tão complexo ou mais é o problema da disponibilidade de capital para aplicação de boas práticas. É fácil argumentar que produtores de leite europeus cumprem com todos os critérios fitossanitários e são considerados referência quando o assunto é Segurança dos Alimentos, também conhecida por *Safety Food*. Difícil é compreender os subsídios que sustentam a bovinocultura europeia. Sem entrar na arena política, sabemos que um produtor capitalizado tende a investir mais em tecnologia e qualificação, ao contrário daqueles descapitalizados que apenas lutam para continuar na atividade.

Serão insuficientes os programas de qualificação em boas práticas no campo se estes não vierem acompanhados de capital para investimento em melhores sistemas de produção. Nesse sentido, vale destacar o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que alia a concessão de crédito à incorporação de boas práticas agropecuárias (plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária-floresta, fixação biológica de nitrogênio etc.). Vale ressaltar ainda que não basta o crédito agrícola estar disponível, ele precisar ser acessível.

Bem capitalizado, o produtor de leite poderia facilmente investir na qualificação de seus funcionários por meio de cursos sobre manejo de dejetos, a fim de melhorar higiene na ordenha, na saúde, no bem-estar e na nutrição de seu gado. Da mesma

maneira, o suinocultor poderia, com facilidade, implantar um biodigestor em sua propriedade, reduzindo seus custos com energia. Embora saibam disso, muitos produtores não o fazem, pois, antes disso, precisam garantir suas contas.

Produção em regiões menos desenvolvidas X distribuição de renda

Não se pode negar, desse modo, a importância do retorno econômico em uma atividade em que as margens financeiras de todos os elos da cadeia são tão apertadas. É um erro, no entanto, olhar para as atividades agrícolas como pouco importantes financeiramente. A riqueza gerada pelo agro permeia praticamente todos os setores da economia. Além disso, promove a segurança alimentar em regiões onde há pobreza e fome.

Vemos, neste contexto, situações interessantes ocorrendo nas regiões de fronteira agrícola, muitas vezes carentes em termos sociais e econômicos. A região do Mapitoba (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) e o continente africano, por exemplo, atraem cada vez mais investimentos estrangeiros interessados em atividades agrícolas. É preciso, nesse sentido, garantir que a produção sirva, também, à população local para que esta usufrua da riqueza gerada e da disponibilidade e do acesso aos alimentos produzidos.

Uma maneira de compartir essa riqueza gerada, promover a qualificação no campo e aumentar a disponibilidade de capital é por meio de parcerias, seja associação entre produtores rurais, entre empresas do agronegócio, empresas e produtores, ou mesmo com as cooperativas. As parcerias surgem com o propósito de transferir recursos e conhecimento das mais diversas naturezas entre as partes, possibilitando um crescimento mais harmônico para ambas.

E geralmente esse crescimento está pautado em práticas sustentáveis com o foco de garantir a perpetuidade daquela atividade. Práticas essas que envolvem não somente o cuidado com o meio ambiente, mas também a melhor gestão dos recursos humanos, do tempo e dos ganhos econômicos de cada um.

Assim, as parcerias que almejam incrementar de maneira sustentável os ganhos gerados pela interação com os agentes participantes do agronegócio geralmente também contribuem com a gestão das empresas ou mesmo das propriedades rurais. Desse modo, o agronegócio brasileiro tem nas ações coletivas um de seus aliados contra seus entraves econômicos e sociais.

1 Analista Sênior do Centro de Pesquisas em Agronegócios da PwC Brasil
2 Analista Sênior do Centro de Pesquisas em Agronegócios da PwC Brasil

Controles internos: Profissionalização das empresas do agronegócio

Rodrigo Lazzarini[1]
José Rezende[2]

Desde o início da década passada, empresas do agronegócio brasileiro vêm se mostrando mais preocupadas com seus níveis de governança corporativa e, consequentemente, passando por profundas transformações em seu ambiente de controles internos.

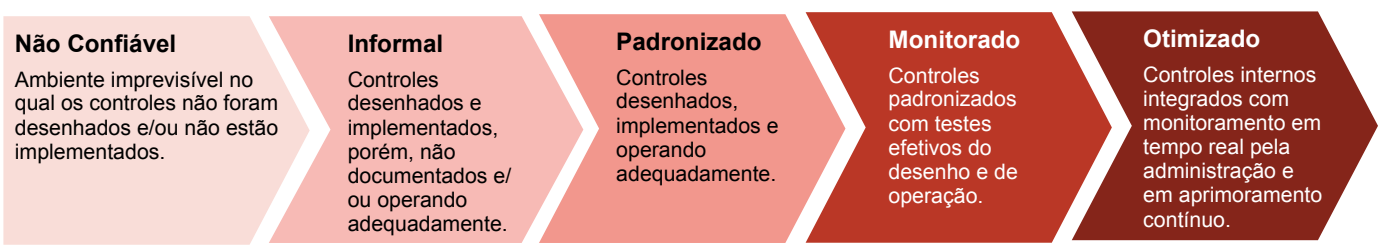
Essas transformações ocorreram de forma mais acentuada para o setor sucroenergético, principalmente a partir de 2003, com a entrada no mercado dos veículos bicombustíveis. Naquele momento, o setor era pulverizado em diversos grupos familiares que começaram a ser adquiridos por grandes grupos nacionais e internacionais.

Com a entrada desses grandes *players* no cenário, começa uma grande mudança de paradigma no setor, e a administração familiar passa a ser profissionalizada, e começa a fazer parte do dia a dia dessas empresas temas como governança corporativa, gestão de riscos, controles internos, entre outros.

A prestação de contas com as matrizes no exterior, a necessidade de captação de recursos no mercado e o próprio modelo de gestão profissional demandaram dos profissionais do setor uma mudança cultural e uma adequação a esses novos tempos.

Dessa forma, seja para cumprir requerimentos para exportação de alimentos para mercados avançados, como a Europa ou os EUA, ou para atender a certificações socioambientais, como a Norma Bonsucro, ou mesmo para

Figura 1 - Melhoria do nível de maturidade da estrutura de controles internos



Fonte: PwC Brasil

Figura 2 – Avaliação dos controles dos processos de negócio



Fonte: PwC Brasil

a captação de recursos via entrada no mercado de capitais, o caminho passa invariavelmente pela implementação de um ambiente de controles internos robusto, que garanta a integridade e veracidade das informações, gerando confiança aos seus acionistas e ao mercado.

Nesse contexto, atualmente o tema de controles internos e gestão de riscos é assunto relevante na pauta dos principais executivos dos segmentos do agronegócio.

A estruturação de um ambiente de controles internos, tendo por base padrões internacionais como o Coso *(Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)*, é uma das melhores práticas para garantir maior confiabilidade aos relatórios financeiros das empresas, uma vez que estes passam então a ser preparados sob uma base organizada de controles.

Atualmente, muitas das empresas do setor se encontram na fase de fortalecer sua atual estrutura de controles internos, buscando atender às melhores práticas de mercado. Essa migração de um ambiente de controles menos estruturado para um padrão estabelecido por empresas sofisticadas, que operam na Bolsa de Nova York, por exemplo, e, dessa forma, sujeitas aos requisitos da lei Sarbanes-Oxley, pode ser classificada conforme uma régua de maturidade que passa pelas seguintes fases, conforme mostra a figura 1.

Esse processo de estruturação, visando a um ambiente de controles internos mais maduro, passa pelo estabelecimento de atividades cíclicas e permanentes de monitoramento, cuja responsabilidade deve ser compartilhada entre a Gerência de Controles Internos e os gestores responsáveis pelas áreas operacionais das empresas. De forma resumida, esse processo pode ser ilustrado pela figura ao lado.

E esse é o primeiro passo para o estabelecimento de um modelo de gestão de riscos corporativos, o qual terá como um de seus vértices o ambiente de controles internos (voltado para os riscos operacionais) e os grandes riscos estratégicos das empresas.

Essa tendência na gestão das empresas brasileiras do agronegócio é um caminho sem volta na busca de um modelo de governança corporativa mais adequado, visando à transparência, confiabilidade e prestação de contas aos *stakeholders*.

1 Gerente Sênior da Consultoria em Governança, Riscos e Controles Internos do Centro de Serviços em Agribusiness da PwC Brasil
2 Sócio Líder da Indústria de Agribusiness e da Consultoria de Negócios no Interior de São Paulo da PwC Brasil

Geração de resultados das empresas de agronegócio: A importância em "suprir" o negócio de forma competente

Daniel Camargo[1]
José Rezende[2]

A capacidade das empresas do agronegócio em entender o comportamento de seus mercados e, rapidamente, tomar decisões que sincronizem todos os elos de sua cadeia produtiva sempre foi imperativa para o sucesso. Em momentos de crise, essa capacidade se torna um diferencial competitivo essencial para os gestores que almejam aproveitar as oportunidades inerentes aos momentos desafiadores e turbulentos.

Focar no que gera resultado e nos pontos que representam riscos para seu negócio é uma boa orientação para os gestores e tomadores de decisão. Quanto mais focada a empresa está em processos, produtos e mercados que agregam valor, maiores chances de êxito de obter e manter o sucesso.

Uma das iniciativas preponderantes neste sentido é a eficiência dos recursos empregados para gerar valor ao cliente, seja na forma de produto ou serviço. E um dos processos relevantes para se garantir a eficiência está em "suprir" o negócio com produtos e serviços no valor total de aquisição e nível de serviço apropriado para atender ao cliente interno e/ou externo, em outras palavras, comprar de maneira competente.

Vale lembrar que os gastos com compras representam, dependendo do segmento, de 40 a 70% da receita;

Processo de compras estratégicas



1. Visibilidade (Visibility)
"Find the Money..."

- Disponibilizar **informação dos gastos** com acurácia e precisão;
- Efetuar **Matriz Estratégica** com periodicidade de 1 a 2 anos ;
- Estabelecer **Políticas e Normas** por meio de modelo de governança comum;
- Monitorar e Gerir **Indicadores** estratégicos, táticos e operacionais;
- Monitorar **maturidade do processo de Compras** – (Estratégia, Organização, Processos, Pessoas e Sistemas).

2. Processo (Process)
"Get the Money..."

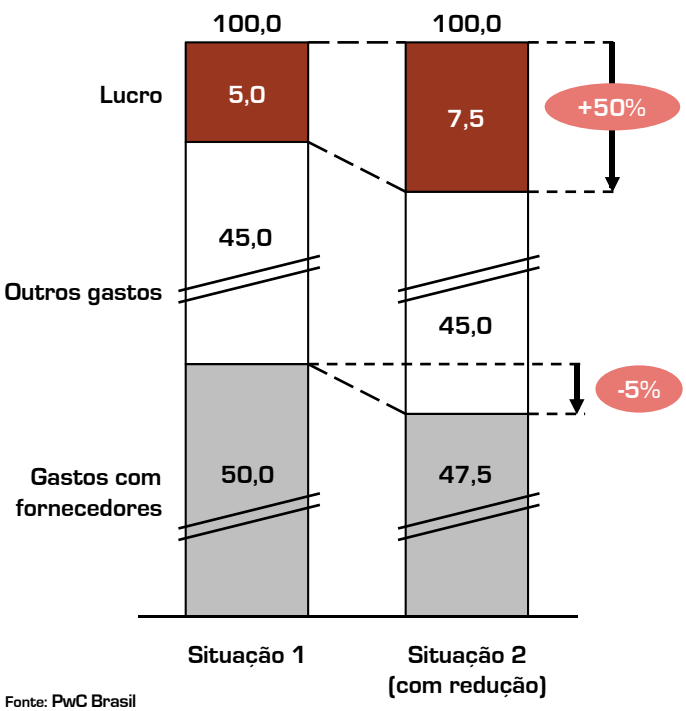
- Implementar metodologia de Compra Estratégica (*Strategic Sourcing*);
- Gerir centralizadamente;
- Assegurar transferência e retenção de conhecimento.

3. Sustentabilidade (Sustainability)
"Keep the Money Coming..."

- Assegurar **competências e habilidades** para efetividade e eficiência na aplicação da metodologia de Compra Estratégica no **médio e longo prazo,** visando otimizar nível de serviço e/ou redução do Custo Total de Propriedade (TCO);
- Implementar **iniciativas planejadas de otimização da maturidade de processos,** visando à melhoria contínua;
- Assegurar **cumprimento das políticas, normas e dos procedimentos** com devido alinhamento organizacional;
- Otimizar **estoques**;
- **Gerir categorias**;
- Assegurar **eficiência integrada do processo 'compras até pagamento'** *(requisition to pay process);*
- Implementar **habilitadores tecnológicos,** visando à automatização do processo operacional:
  - Banco de Dados - *spend & reports*;
  - e-Procurement;
  - Integrador de Sistemas Transacionais;
  - Etc.

Fonte: PwC Brasil

Efetividade do processo de compras pode gerar resultados à empresa



Fonte: PwC Brasil

consequentemente, qualquer redução nos gastos com compras impacta positivamente e consideravelmente o lucro de uma empresa. Em contrapartida, para se obter impacto equivalente, seria necessário, por exemplo, incremento de 50% em vendas.

Portanto "Suprir" ou "Comprar produtos e serviços em uma empresa de maneira competente requer uma visão estratégica e cíclica de visibilidade, processo e sustentatibilidade, que, respectivamente, considerando o lado financeiro, se traduz em encontrar (*find*), obter (*get*) e manter (*keep*) os ganhos.

Gostaríamos de enfocar neste artigo três iniciativas que propiciam retornos no curto e médio prazo (um a dois anos) com intuito de implementação e sucesso de estas "financiarem" as demais, principalmente as iniciativas relativas à sustentabilidade.

1) Efetuar Matriz Estratégica: objetivo de obter visibilidade das categorias de materiais e serviços, considerando o valor monetário de compras (normalmente em R$ ou USD e base anual) e a complexidade de mercado (competição, disponibilidade, maturidade etc.) com intuito de priorizar as categorias para aplicar a metodologia de compra estratégica – *strategic sourcing* (iniciativa 2), considerando potencial de ganho e facilidade de implementação das categorias de compras.

2) Empregar metodologia de compra estratégica (*strategic sourcing*): objetivo em obter ganhos na aquisição de produtos

ou serviços, considerando todas as variáveis de custo de aquisição nas categorias priorizadas na iniciativa 1.

3) Otimizar estoques: objetivo de obter sincronismo no estoque em que, a partir das entradas, saídas e dos estoques (*triple play*) diários de materiais, podemos analisar o sincronismo entre consumo (demanda) e compras (entradas) com foco em otimizar periodicamente a cobertura ideal dos estoques para este comportamento.

Para empregar uma redução sustentável de custos, considerando as três iniciativas acima, recomendamos a realização de uma análise amparada por metodologia e aceleradores que garantem a consistência e profundidade necessária das dimensões de processos, tecnologia, pessoas e estrutura organizacional. E com o devido comprometimento executivo e alinhamento estratégico da empresa.

Com uma visão abrangente de todas as etapas do ciclo de atendimento da demanda e de suprimento de produtos e serviços, nossa experiência indica que cada real investido em iniciativas desta natureza, adequadamente conduzidas, resulta em reduções de custos da ordem de 10 a 15 reais.

1 Gerente Sênior da Consultoria de Negócios do Centro de Serviços em Agribusiness da PwC Brasil
2 Sócio Líder da Indústria de Agribusiness e da Consultoria de Negócios no Interior de São Paulo da PwC Brasil

Norma Bonsucro e o setor sucroenergético nacional: Principais dificuldades na adequação aos princípios e indicadores de desempenho

Nelio Carvalho[1]
Marco Conejero[2]

Com o acirramento das relações comerciais e com a intensificação da globalização, processo de integração econômica, política e social, o sucesso das empresas passou a depender, essencialmente, da capacidade de adaptação aos novos padrões comerciais, industriais e sociais.

Dentre esses novos padrões, destaca-se a valorização crescente, por parte dos consumidores, da sociedade e do mercado, às empresas que demonstram engajamento e comprometimento ambiental e social, ou seja, que possuem a sustentabilidade em sua estratégia organizacional.

Dentro desse contexto, vem sendo requisitado às organizações dos mais diversos setores industriais e de serviços o compromisso com o tripé da sustentabilidade empresarial (Tripe-Bottom Line), o qual é resultado de aspectos relacionados à prosperidade econômica, à qualidade ambiental e à justiça social.

Nesse cenário, as empresas ligadas à agroindústria, por possuírem suas atividades produtivas estreitamente vinculadas às questões ambientais e sociais, estão totalmente relacionadas a esses novos padrões comerciais. A esse respeito, o setor sucroenergético nacional ganha enfoque e, devido a isso, vem expres-

Quadro 3 – Princípios e critérios essenciais – Padrão de Produção Bonsucro

Princípios (Padrão de Produção)	Nº de critérios	Nº de indicadores	Critérios Essenciais (conformidade necessária)
Princípio 1- Cumprimento da lei	2	2	1.1 - Cumprimento das leis nacionais e convenções internacionais aplicáveis.
Princípio 2 – Respeito aos direitos humanos e trabalhistas	5	13	2.1 - Cumprimento das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que regem sobre trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação e liberdade de associação a sindicatos; 2.4 – Pagar pelo menos o salário mínimo nacional aos trabalhadores.
Princípio 3 – Gerenciar a eficiência dos insumos, da produção e do processamento	2	7	Para este princípio não há critérios essenciais.
Princípio 4 – Gerenciamento ativo da biodiversidade e de serviços do ecossistema	2	8	4.1 - Avaliar o impacto de empresas de cana-de-açúcar na biodiversidade e nos serviços do ecossistema.
Princípio 5 – Melhoramento constante das áreas-chave do negócio	9	18	5.7 - Possuir uma Avaliação de Impacto Socioambiental (Aisa) para expansão *greenfield* (novo projeto de expansão industrial) ou novos projetos de cana-de-açúcar.

Fonte: PwC Brasil.

Quadro 4 – Principais lacunas no entendimento dos critérios e indicadores Bonsucro

Princípios / Critérios / Indicadores	Lacunas / Dificuldades
Princípio 1 - Cumprimento da lei	Dificuldades de interpretação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para situações específicas.
Princípio 2 - Respeito aos direitos humanos e trabalhistas	Problemas com o cumprimento da legislação trabalhista, principalmente a respeito do horário de almoço dos funcionários do campo.
Princípio 3 - Gerenciar a eficiência dos insumos, da produção e do processamento	Dúvidas para realização do cálculo de emissões de Gás de Efeito Estufa (GEE), em decorrência de sua elevada complexidade.
Princípio 4 - Gerenciamento ativo da biodiversidade e de serviços do ecossistema	Dificuldades de conformidade aos padrões de DQO/DBO e dúvidas sobre as taxas de aplicação de fertilizantes e herbicidas no solo; Desconhecimento do nível de detalhamento das questões a serem abordadas no Plano de Gestão Ambiental; Dificuldade de interpretação das Áreas de Alto Valor de Conservação (AAVC) no cenário nacional.
Princípio 5 - Melhoramento constante das áreas-chave do negócio	Desconhecimento dos gastos com treinamento de funcionários e dos custos de pesquisa e extensão que podem ser considerados; Dúvidas para realização do cálculo de eficiência energética; Indefinição sobre o nível de detalhamento da Avaliação de Impacto Socioambiental para projetos *greenfield* ou novos projetos de cana-de-açúcar; Ausência de divulgação de forma transparente dos resultados, relacionados ao canal de ouvidoria, a todos os colaboradores da empresa.

Fonte: PwC Brasil.

sando uma tendência de profissionalização, incentivada pela consolidação da Norma Bonsucro como principal referência de certificação socioambiental do setor.

A Norma Bonsucro consiste em uma iniciativa global, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo garantir que a produção atual e futura de cana-de-açúcar e de todos os seus produtos derivados seja feita de maneira sustentável ao redor do mundo. Para isso, a norma foi fundamentada em dois Padrões (Padrão de Produção e Custódia), os quais foram divididos em princípios, critérios e indicadores com o intuito de mensurar os impactos das atividades industriais, agrícolas e administrativas e, assim, poder avaliar o grau de conformidade das usinas à Bonsucro.

A certificação Bonsucro é homologada por meio de auditorias realizadas por certificadoras acreditadas pela Bonsucro, e, para ser obtida, é necessário que 80% dos indicadores do Padrão de Produção e do Padrão de Custódia estejam em conformidade, além do atendimento total aos cinco critérios essenciais conforme exposto no quadro 3.

A respeito dos critérios essenciais, esses contemplam indicadores que demandam diversos esforços das usinas para obtenção da conformidade e padronização de seus processos e suas atividades de acordo com o requerido pela Bonsucro. Ademais, determinados indicadores essenciais são bastante polêmicos por envolverem cálculos e interpretações divergentes, o que vem gerando discussões no setor sucroenergético nacional.

Assim, nota-se que o setor sucroenergético vem encontrando dificuldades para atingir a completa compreensão dos indicadores e dos padrões estabelecidos pela Bonsucro, conforme exposto no quadro 4, o que requer inúmeros esforços para obtenção da certificação.

Todavia, é importante ressaltar que a norma é recente, sendo criada em 2010, e que, desta maneira, as dúvidas e discussões ainda estão sendo esclarecidas conforme realização de debates entre as usinas de açúcar e etanol e a Bonsucro.

Além disso, nossa experiência demonstra que, apesar dos esforços demandados, as usinas estão engajadas na melhoria de seus processos e suas atividades, a fim de buscar a aderência aos padrões de desempenho estabelecidos na norma, o que comprova a crescente busca por projetos com enfoques socioambientais pelo setor sucroenergético nacional.

Por fim, é importante observar que essa busca pela sustentabilidade permite que o setor sucroenergético tenha acesso a novos mercados e investimentos, em virtude da maior aceitação por parte dos investidores, o que fomenta a tendência de profissionalização e consolidação pela qual o setor passa atualmente. ■

1 Consultor do Centro de Serviços em Agribusiness da PwC Brasil
2 Gerente do Centro de Pesquisas em Agribusiness da PwC Brasil



Pelo bem do planeta e das futuras gerações

Sistema Campo Limpo de logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos promove a educação ambiental e a multiplicação do conhecimento

Há pouco mais de dez anos, precisamente no dia 14 de dezembro de 2001, a fundação do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, o inpEV, com sete entidades representativas do setor agrícola e 27 empresas associadas, deu início a uma trajetória pioneira que, reconhecida no Brasil e no exterior, possibilitou a idealização, implantação e o desenvolvimento compartilhado do Sistema Campo Limpo, programa de logística reversa que é referência para outros setores.

Com responsabilidades compartilhadas entre agricultores, fabricantes – estes representados pelo inpEV – e canais de distribuição, com apoio do poder público, o Sistema Campo Limpo se desenvolveu e cresceu ao longo dos anos. Atualmente, são 421 unidades de recebimento, divididas entre 307 postos e 114 centrais de recebimento, espalhadas por 25 Estados e no Distrito Federal e geridas por associações de distribuidores e cooperativas, e em alguns casos com o cogerenciamento do inpEV.

Com essa estrutura, o Sistema Campo Limpo integra 91 empresas fabricantes de defensivos agrícolas, mais de 3.500 distribuidores e cooperativas, organizados em cerca de 260 associações, 14 parceiros recicladores e incineradores, além de contar com o engajamento de milhares de agricultores em todo o País.

Em paralelo à destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, outra importante atividade é compartilhada pelos elos desse sistema: a educação e conscientização dos agricultores, de todos os atores envolvidos no programa e também das futuras gerações por meio de uma série de ações de comunicação e educação nas comunidades onde atua.

A distribuição de materiais educativos por meio de multiplicadores, aliada à presença em feiras de destaque do setor agrícola e a participação em palestras, seminários e mesas-redondas, é um dos meios adotados para fortalecer a imagem do sistema e conscientizar os agricultores e envolvidos sobre a

Cartaz da campanha Seja Legal realizada no oeste da Bahia em 2011



Peça da campanha Agende Já realizada em Dourados (MS) em 2011



sua importância. Apenas no ano de 2011, o Sistema Campo Limpo foi divulgado em 125 eventos em todo o País.

A realização de campanhas regionais também aproxima o público do sistema e divulga seus benefícios para o meio ambiente e a saúde humana. Com o personagem Legal na linha de frente, a campanha Seja Legal reforça com os agricultores a necessidade de que as devoluções de embalagens sejam feitas somente no local indicado na Nota Fiscal e estimula o agendamento prévio, que, no caso dessas centrais, pode ser feito por telefone ou pela *internet*.

Na mesma linha, a campanha Agende Já chama a atenção de agricultores para as vantagens do agendamento. Nesta ação, é destacada não apenas a comodidade da entrega agendada, mas também a redução de esperas desnecessárias e o melhor planejamento do transporte pelos produtores.

Ao tratar da destinação das embalagens vazias e das ações realizadas para promover sua prática, o recebimento itinerante ganha papel de destaque. A ação consiste no recebimento temporário de embalagens vazias em locais próximos às propriedades rurais, por meio de calendários predefinidos, como forma de promover a devolução destes resíduos pós-consumo ao Sistema Campo Limpo (logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos). Atualmente, cerca de 10% das embalagens são devolvidos no Brasil por meio de recebimentos itinerantes, que também contam com campanhas de divulgação e recebem apoio de prefeituras e diversos parceiros locais.

Neste ano de 2012, foi lançada a nova campanha com o personagem Olímpio, que envolveu ainda uma movimentação de bastidores em torno de algo maior, com alcance de massa e de diversos públicos em todo o País. É a quarta campanha nacional de televisão lançada pelo inpEV desde a sua fundação em 2001.

No centro desse projeto está o personagem Olímpio, o carismático espantalho que transmite as mensagens educativas sobre a legislação que regulamenta a destinação das embalagens vazias de agrotóxicos.

Reconhecido – e admirado – no campo, o personagem Olímpio e a dupla Victor e Leo estrelam a campanha educativa sobre lavagem e devolução das embalagens vazias, em que o agricultor é apontado como o grande colaborador por um campo mais limpo.

Elaborada durante 2011, com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a ideia deu origem a um filme distribuído pelo governo federal às emissoras de televisão para veiculação em todo o País em alguns meses de 2012.

A fim de complementar os esforços do governo federal, foram desenvolvidos materiais para expor em distribuidores de defensivos agrícolas (como *display* de mesa e móbile), painéis de estrada, além de divulgação pela *internet*.

A veiculação gratuita em rede nacional dessa campanha com o Olímpio, durante alguns meses em 2012, abre novas perspectivas para ampliar o conhecimento sobre o sistema pelo público em geral.

Instituído no calendário brasileiro em 18 de agosto, por meio da Lei 11.657, de 16 de abril de 2008, a data é comemorada há sete anos. De abrangência nacional, seu principal objetivo é levar as comunidades do entorno das unidades de recebimento de embalagens à reflexão, conscientização e par-

Olímpio, Victor e Leo em nova campanha sobre o Sistema Campo Limpo



Campanha de divulgação do Dia Nacional do Campo Limpo 2011



ticipação em atividades relacionadas à preservação do meio ambiente, por meio de um exemplo de sucesso que é o Sistema Campo Limpo.

A iniciativa une escolas, agricultores, distribuidores, indústrias, autoridades e a comunidade para divulgar a preservação ambiental no campo e os bons resultados do programa de destinação de embalagens, que é referência no Brasil e exemplo para o mundo, ao destinar de forma ambientalmente correta 94% das embalagens plásticas vazias que são comercializadas anualmente.

Faz parte das atividades do Dia Nacional do Campo Limpo o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, que tem como objetivo o apoio a instituições de ensino na complementação de conteúdos curriculares com temas relacionados ao meio ambiente e alinhados às recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

É por meio da parceria com secretarias municipais de educação, núcleos de ensino, diretores ou coordenadores das instituições de ensino que o programa, cujo tema em 2012 é o

Uma das principais atividades educativas desse sistema é a comemoração do Dia Nacional do Campo Limpo.

Dia especial

O Dia Nacional do Campo Limpo, celebrado anualmente em 18 de agosto, envolveu 67.649 pessoas e 99 unidades de recebimento em 21 Estados:

Pessoas envolvidas	
2011	67.649
2010	90.392
Unidades participantes	
2011	99
2010	98*
Estados	
2011	21
2010	23

*71 de portas abertas

Materiais que compõem os *kits* pedagógicos distribuídos às escolas

CADERNO DO PROFESSOR

Programa de Educação Ambiental Campo Limpo

Ciclo de Vida das Embalagens



Iniciativa inpEV e seus associados fabricantes de defensivos agrícolas
Apoio Institucional



Envolvidos no Programa de Educação Ambiental Campo Limpo em 2010 e 2011

	Número de alunos
2011	81.818
2010	70.916

	Salas de aula de 4º e 5º anos	Municípios envolvidos
2011	3.842	164
2010	2.364	163

Ciclo de Vida das Embalagens, é disseminado a escolas do entorno das unidades de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos em todo o País.

As escolas participantes da iniciativa, que começou a ser realizada em 2010, recebem *kits* pedagógicos especialmente desenvolvidos para aplicação aos alunos do 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental com abordagem multidisciplinar. Compostos de caderno do professor, com orientações para aplicação do conteúdo, e material de apoio para sala de aula, como o gibi da Turma da Reciclagem e pôster sobre o tempo de decomposição das embalagens de vidro, plásticas, metálicas e de papel na natureza e o seu ciclo de vida da produção à reciclagem, o programa possibilita ainda a participação dos alunos em um concurso local e nacional de desenho e redação.

"O tema Ciclo de Vida das Embalagens foi escolhido por ser atual e possibilitar o aprendizado de assuntos presentes no dia a dia dos estudantes, como o descarte, a reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos, além de estimular atitudes ambientalmente corretas e a mudança de comportamento destes alunos", afirma João Cesar M. Rando, diretor presidente do inpEV.

Como parte fundamental do processo de conscientização e educação, em 2011 foram publicadas 3.237 matérias e reportagens relacionadas ao Sistema Campo Limpo (média de nove citações espontâneas diárias na mídia) e sua atuação em emissoras de televisão, jornais e revistas, rádios e na *internet*, um aumento de 33% em relação a 2010.

As diferentes iniciativas se complementam e contribuem para intensificar a eficiência e o compromisso socioambiental dos integrantes do sistema de logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Para o bem da agricultura, do planeta e das futuras gerações! ■



@istockphoto

2012
Ano
Internacional das
Cooperativas

2012 foi escolhido pela ONU para ser o Ano Internacional das Cooperativas. Nada mais justo, já que o cooperativismo é um movimento que gera qualidade de vida para cerca de 1 bilhão de pessoas ao redor do mundo. O sistema cooperativista brasileiro faz parte desta iniciativa e vai promover uma série de ações por todo o país para informar à sociedade os benefícios do setor.

Se você acredita no ideal da cooperação, cole sua foto no espaço marcado neste anúncio. Afinal, você também pode ser mais cooperativo.

SistemaOCB
CNCOOP · OCB · SESCOOP

www.brasilcooperativo.coop.br



Realização

ANDEF
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

Apoio

FEALQ

ABRACOM
Associação Brasileira das Agências de Comunicação

ANDAV

inpEV

OCB
Organização das Cooperativas Brasileiras

Diário de bordo

Código cabalístico



Roberto Rodrigues*

AINDA NÃO terminou a novela do Código Florestal, embora não exista um único cidadão no mundo que seja contra uma legislação que proteja florestas, mesmo que isto seja apenas uma vaga ideia na cabeça da maioria das pessoas.

Uma legislação florestal no Brasil é absolutamente fundamental, dirimindo dúvidas, acabando com as ilegalidades existentes, dando rumo à produção agropecuária e estabelecendo metas claras de compromisso definitivo de todos os brasileiros – rurais e urbanos – com a construção de uma matriz sustentável para o nosso desenvolvimento. Portanto, avançamos!

No entanto, a discussão em torno do assunto ganhou um ritmo completamente irracional; os exageros de parte a parte impediram o equilíbrio e o bom senso, e o governo foi obrigado a modificar a lei aprovada pela Câmara dos Deputados, esta também falha pelas mesmas razões e por outras de caráter regimental que não cabe aqui discutir.

Mas o fato é que a disputa ainda não terminou, apesar dos avanços obtidos. A apreciação dos vetos colocados pela Presidência da República ao Código deverá ser feita pelo Congresso Nacional. Por outro lado, a Medida Provisória tem uma boa quantidade de emendas já apresentadas. Uma comissão mista do Congresso terá de dar um parecer sobre admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade e mérito da MP. Após este parecer, o texto deverá ser apreciado pelos plenários da Câmara e do Senado (pela ordem), e voltará à Câmara para encaminhamento à sanção ou ao veto.

Depois de 45 dias úteis de edição da MP, se ela não tiver sido apreciada por nenhuma das duas casas do Congresso, começa a trancar a pauta da Câmara dos Deputados. E aí tudo se complica.

Portanto, muita água ainda vai rolar debaixo da ponte antes de termos um texto definitivo. Muita besteira ainda vai ser dita, muito bom senso será tentado, e na própria Rio+20 teremos um tiroteio sobre o tema.

Sendo assim, qualquer avaliação sobre o texto vigente tem pouca duração. Todos os esforços devem ser dirigidos à busca do equilíbrio e da razão, sem os ódios que vão surgindo ao longo das discussões. Ódio é sentimento que não se apaga com facilidade; e ainda é preciso tomar cuidado com o efeito bumerangue: diziam os antigos que colhe tempestade quem semeia ventos.

Mesmo assim, é interessante pontuar algumas ideias. Quando se decidiu – atrás – estabelecer que a Reserva Legal deveria ter 80% da áreas das propriedades privadas na Amazônia, por que não 70% ou 90%? E por que 20% no Sul/Sudeste, em vez de 15% ou 25%? Qual a razão técnica/científica para esta definição?

Da mesma forma, por que recuperar cinco metros de APP para imóveis rurais de até um módulo fiscal? Por que não sete ou três metros? E por que não três módulos fiscais?

Bom, claro que alguém tinha de fixar estes números para dar ordem ao processo – e as leis de outros países foram consultadas –, mas estarão eles adequados à realidade dos diferentes rios, com a composição de sua calha, tipo de solo, declividade de terreno etc.?

Pode ser que sim, mas pode ser que não.

Na verdade, uma legislação justa e definitiva deveria considerar estas variáveis todas cientificamente, inclusive para não correr o risco de cometer injustiças, sobretudo para os médios produtores. É claro que isso demoraria muito tempo e custaria muito dinheiro. Mas é o que temos de fazer sem dúvida nenhuma.

Precisamos de um código agroambiental que estabeleça as bases da moderna agropecuária brasileira, equilibrando o desenvolvimento sustentado com as verdadeiras demandas nacionais. Afinal, o item I do artigo 1º da MP diz que "as florestas existentes no território nacional e demais formas de vegetação nativa são bens de interesse comum a todos os habitantes do País".

Sendo assim, é óbvio que sua preservação não deve ser bancada apenas pelos produtores rurais.

Um Código Agroambiental deverá definir responsabilidades compartilhadas por todos os brasileiros, com base científica e técnica. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Rio+20



Cesário Ramalho da Silva*

NO SÉCULO 20, alguns instrumentos de articulação entre as nações foram criados para buscar entendimentos entre os países. Dentre eles, está a ONU, criada após a Segunda Guerra Mundial (1945). Através dela foram estabelecidos mecanismos para tratar temas de interesse comum entre os governos, sendo que o principal deles talvez seja os rumos do desenvolvimento no planeta.

Na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, pela primeira vez foram abordadas, em escala mundial, as relações do homem com o uso dos recursos naturais, e passou-se a tratar o desenvolvimento econômico de forma integrada às questões ambientais.

Os debates perderam o fôlego, e 20 anos depois, em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), em junho, no Rio de Janeiro. Essa Conferência consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável pelo tripé da economia, do meio ambiente e do desenvolvimento social com participação da sociedade.

Em 2012, estamos novamente às portas de um novo debate global sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, evento fundamental para o futuro do planeta, também sediado na capital carioca. O Brasil foi escolhido para sediar o evento, porque, nos últimos 20 anos, registrou um crescimento econômico histórico, com avanços na erradicação da pobreza, conservação ambiental e expansão na agricultura. Como bem observou o secretário-geral do evento, Sha Zukang, o Brasil tem mostrado ao mundo como colocar em prática o desenvolvimento sustentável.

Será uma ótima oportunidade para o Brasil liderar o debate sobre a questão ambiental e mostrar ao mundo que consegue fazer a melhor agricultura tropical do planeta utilizando apenas 27% do território e preservando outros 61%.

E como o setor produtivo rural fará isso? Tenho dito sempre que devemos nos organizar com muita serenidade para enfrentar aqueles que nos acusam de agir com irresponsabilidade sobre a natureza.

A discussão sobre como será a participação da agropecuária na Rio+20 começou com debates liderados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), realizados em Brasília, Uberaba e na sede da Sociedade Rural Brasileira. Lideranças rurais e técnicos atuantes no setor deram a sua contribuição sobre cinco grandes temas:

- Meio ambiente;
- Inovação e tecnologia;
- Educação no meio rural;
- Segurança alimentar e nutricional;
- Erradicação da pobreza.

Essa iniciativa permitiu a formatação de um documento final colaborativo que será entregue durante a visita da presidente Dilma Rousseff ao estande da CNA, espaço AgroBrasil, localizado no Píer Mauá, um dos locais oficiais do evento.

Durante o encontro entre os dias 13 e 22 de junho, o espaço manterá uma intensa programação destinada a promover a agropecuária brasileira, difundir novas tecnologias e apresentar *cases* de sucesso de sustentabilidade, como o Projeto Biomas, em que os visitantes poderão conhecer o processo de recuperação das áreas degradadas numa propriedade. Serão apresentadas também as vitrines tecnológicas do Projeto Biomas, que exibirão a produção sustentável nos diversos biomas existentes no País.

O setor produtivo rural organizado mostrará durante a Rio+20 que cresce alicerçado em bases tecnológicas modernas. Vamos estampar na face de nossos detratores que o campo brasileiro assumiu definitivamente a bandeira da sustentabilidade, abandonando a maneira predatória de produzir. Exemplos não faltam: o uso da tecnologia nos últimos 30 anos fez com que a produção de grãos saltasse 238% e a área cultivada, apenas 36%. Portanto, produzimos mais, sem pressão sobre recursos naturais e necessidade de abertura de áreas.

A nova fase da agricultura brasileira, baseada na convergência entre produção e preservação, tem atraído o interesse de lideranças jovens, como observado nos debates de Uberaba e São Paulo, com destaque para a participação da Rural Jovem.

A repercussão desse novo momento para o grande público, principalmente urbano, tem sido pequena. É natural. Por isso, precisamos aproveitar esse grandioso evento no momento em que o mundo todo estará olhando para nós. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira

Opinião

Agrishow: palco para a agricultura paulista



Mônika Bergamaschi*

NO CAMPO da grandiosidade, nada se compara à Agrishow Ribeirão Preto. Considerada a maior feira de tecnologia agrícola em ação da América Latina, o evento atraiu 150 mil visitantes e movimentou R$ 2 bilhões em negócios segundo os organizadores. Um cenário de grandes oportunidades, reforçado por boas notícias do Governo do Estado para a agricultura paulista.

Na cerimônia de abertura, o governador Geraldo Alckmin anunciou a cessão de parte da fazenda experimental do Estado para a realização da Agrishow pelos próximos 30 anos. Além disso, lançou um pacote de investimentos que beneficia todo o setor produtivo, principalmente os pequenos e médios produtores rurais. Iniciativas que ajudarão a alavancar a produtividade, o emprego e a renda, essenciais para promover a sustentabilidade e a qualidade de vida no campo.

Pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap) foram lançados os Programas Pró-Trator II e Pró-Implemento, ambos com juro zero para os produtores, prazo para pagamento de até seis anos, com até três de carência. As potências dos tratores continuam entre 20 cv e 120 cv, incluindo os modelos cabinados. A aquisição de implementos agrícolas pode chegar até o limite de R$ 150 mil por produtor rural. A renda agrícola para a obtenção da declaração de aptidão ao Feap foi elevada de R$ 400 para R$ 600 mil, ampliando a parcela de produtores que poderá se beneficiar da iniciativa.

Em cinco dias de Agrishow, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento recebeu, para os dois programas, 185 propostas que somaram cerca de R$ 16 milhões. Uma indicação clara de que a oferta de crédito é essencial para impulsionar os pequenos e médios produtores, que enfrentam o universo extremamente competitivo do agronegócio paulista.

Mas por melhor que seja a gestão da produção, a atividade agropecuária está sempre à mercê de variáveis incontroláveis, principalmente as climáticas. Por esta razão, para minimizar eventuais perdas, o governador assinou também um decreto liberando recursos para a subvenção do Prêmio do Seguro Rural, ano 2012, que oferecerá cobertura aos prejuízos causados por adversidades climáticas e, no caso dos citros, quando da erradicação em virtude de doenças como o cancro cítrico e o *greening*.

A biotecnologia não ficou de fora do pacote. A biofábrica de mudas de cana do Centro de Cana de Ribeirão Preto recebeu R$ 700 mil para a conclusão de suas obras. Terá capacidade para produzir quatro milhões de mudas de cana por ano, livres de doenças, que serão levadas ao campo, em viveiros, e multiplicadas. O material produzido será suficiente para renovar 500 mil hectares por ano, o que significa praticamente 50% da necessidade de renovação dos canaviais paulistas.

Às vésperas da Rio+20, com os temas desenvolvimento e sustentabilidade à tona, importante lembrar do permanente dever de comunicar ao Brasil o que o Brasil não conhece. Talvez seja este o nosso maior desafio. Um exemplo é o texto do novo Código Florestal, recém-aprovado no Congresso Nacional, que continua desconhecido pela esmagadora maioria da população, o que não impede que seja afiada a discussão que coloca em lados opostos ruralistas e ambientalistas.

Poucos reconhecem que o produtor rural é, acima de tudo, um conservacionista, pois sabe que disso dependem a sua permanência na atividade e o seu sustento. O agronegócio brasileiro terá uma responsabilidade cada vez maior diante de uma população mundial crescente e ávida não só por alimentos, mas também por fibras e energia.

O Brasil é a sexta economia do mundo. Chegou a esse patamar mantendo mais de 60% de sua vegetação nativa preservados. Temos recursos humanos, recursos naturais e tecnologia, portanto todas as condições necessárias para crescer com sustentabilidade, com equilíbrio, desejado e necessário, entre questões sociais, ambientais e econômicas. Ainda que não seja fácil, é possível, e sabemos como fazer. Avante! ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em maio de 2012 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	320.000	420.000	380.000	395.000
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	545.000	550.000	590.000
New Holland	CR 9060	667.800	650.000	730.000	727.600
New Holland	CS 660	445.200	496.769	535.000	508.250
New Holland	TC 5090	360.000	410.000	410.000	412.000
New Holland	TC 5070	318.000	350.000	375.000	321.000
Valtra	BC 6500	503.000	580.000	490.500	580.000
Valtra	BC 7500	533.000	680.000	582.000	720.000
Valtra	BC 4500	298.000	340.000	335.000	380.000
Jonh Deere	1175 HY	300.000	406.800	365.000	358.550
Jonh Deere	9470	490.000	560.000	573.000	514.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em maio de 2012 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	108.000	127.000	118.000	120.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	135.000	150.000	145.000	145.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	190.000	205.800	215.000	220.000
New Holland	TM 7030	167.480	175.00	170.000	212.000
New Holland	TM 7040	180.000	181.000	185.000	220.000
New Holland	T 7060	222.600	225.000	255.000	270.000
Valtra	BM 125-4	113.000	136.000	133.000	138.000
Valtra	BM 185-4	179.000	211.000	199.680	211.000
Valtra	BM 205-4	187.000	223.500	216.320	225.000
Jonh Deere	7205	246.000	302.000	262.945	273.000
Jonh Deere	8430	375.000	620.000	513.000	555.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de pulverizadores em maio de 2012 (R$/unidade)

MODELO	FABRICANTE	VOLUME / LARGURA DA BARRA	PREÇO
Condorito	Jacto	400 litros / 9,5m	6.265
Condor M12	Jacto	600 litros / 12m	9.200
Advanced AM18	Jacto	2000 litros / 18m	56.000
Advanced AM21	Jacto	3000 litros / 21m	63.000

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um pecuarista ou agricultor que queira, em maio de 2012, comprar um pulverizador, modelo Advanced AM18, da fabricante Jacto, com capacidade para 2 mil litros e 18 metros de comprimento de barra, cujo preço é R$ 56.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 30% (R$ 16.800,00) é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de três anos, e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para setembro de 2012). A taxa de juros para a modalidade Moderfrota é de 7,5% a.a. No final do financiamento, o produtor terá pago R$ 61.759,11 pelo implemento agrícola.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
15/09/12	39.200,00	6.533,33	1.217,37	7.750,70	1
15/03/13	32.666,67	6.533,33	1.503,72	8.037,05	2
15/09/13	26.133,34	6.533,33	1.223,38	7.756,71	3
15/03/14	19.600,01	6.533,33	902,23	7.435,56	4
15/09/14	13.066,68	6.533,33	611,69	7.145,02	5
15/03/15	6.533,35	6.533,33	300,74	6.834,07	6
Total		39.199,98	5.759,13	44.959,11	-
Total pago: R$ 16.800,00 (entrada) + R$ 44.959,11 (financiamento) = R$ 61.759,11					

Produção agrícola brasileira

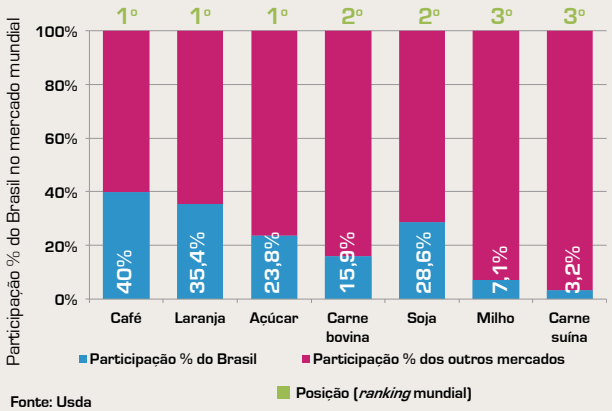
Oitavo levantamento da safra de grãos 2011/2012 - Maio/2012: estimativa de produção em mil toneladas

Produção	2007/08	2008/09	2009/10	2010/2011 Previsão[1] (A)	2011/2012 Estimativa[2] (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.301,2	2,2
AMENDOIM TOTAL	303,1	300,6	226,0	226,5	294,5	30,0
AMENDOIM 1ª SAFRA	256,2	246,1	191,9	199,2	262,4	31,7
AMENDOIM 2ª SAFRA	46,9	54,5	34,1	27,3	32,1	17,6
ARROZ	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.666,2	-14,3
AVEIA	230,2	232,2	244,1	379,0	353,5	-6,7
CANOLA		0,0	42,2	69,7	52,0	-25,4
CENTEIO	4,9	6,1	4,8	3,2	3,5	9,4
CEVADA	264,7	237,0	201,4	283,9	305,1	7,5
FEIJÃO TOTAL	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.732,8	3.668,8	-1,7
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.348,0	-19,8
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.362,3	1.575,5	15,7
FEIJÃO 3ª SAFRA	832,3	774,5	836,6	690,2	745,3	8,0
GIRASSOL	147,1	109,4	80,6	83,1	110,4	32,9
MAMONA	123,3	92,5	100,6	141,3	76,0	-46,2
MILHO TOTAL	58.652,2	51.003,9	56.018,0	57.407,0	65.143,9	13,5
MILHO 1ª SAFRA	39.964,1	33.654,9	34.079,2	35.925,9	36.125,2	0,6
MILHO 2ª SAFRA	18.688,1	17.349,0	21.938,8	21.481,1	29.018,7	35,1
SOJA	60.017,7	57.165,5	68.688,2	75.324,3	65.603,0	-12,9
SORGO	1.985,5	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.724,0	17,7
TRIGO	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	-1,6
TRITICALE	211,9	184,7	172,1	114,9	114,2	-0,6
BRASIL	144.137,3	135.134,5	149.254,9	162.803,0	159.204,9	-2,2

Fonte: Conab
(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

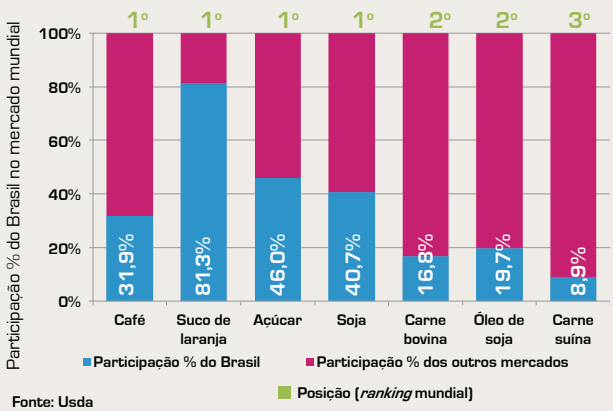
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2011



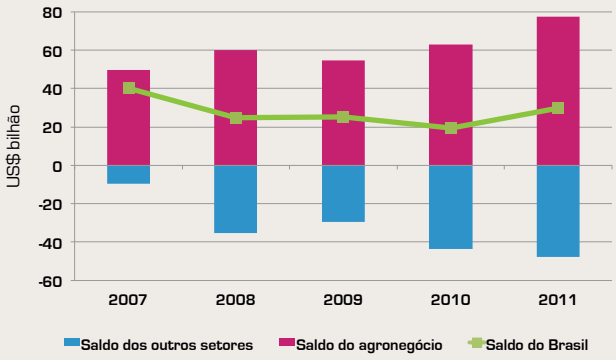
Fonte: Usda

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2011



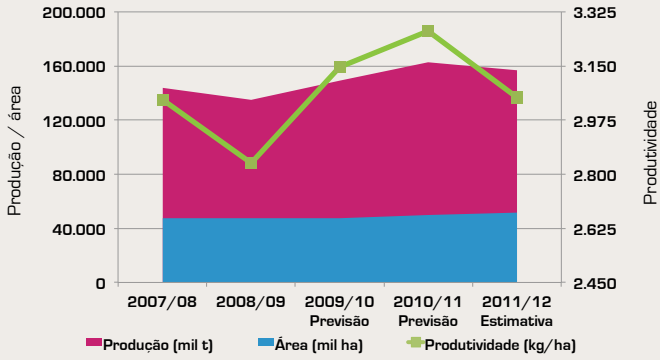
Fonte: Usda

Brasil: evolução do saldo da balança comercial



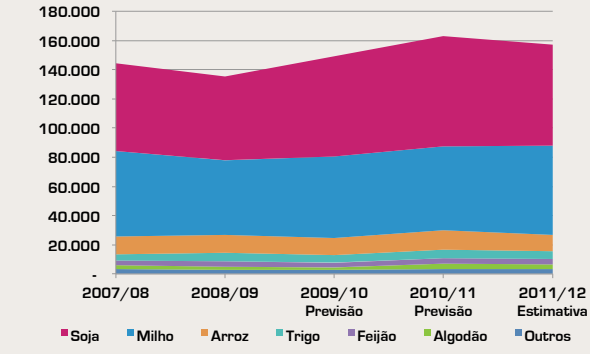
Fonte: Secex

Brasil: área plantada com grãos, produção e produtividade



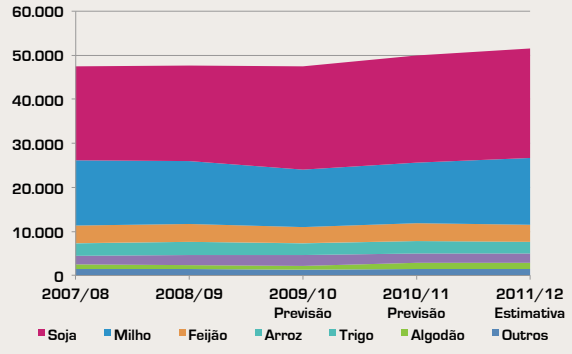
Fonte: Conab

Brasil: produção de grãos, por produto (mil t)



Fonte: Conab

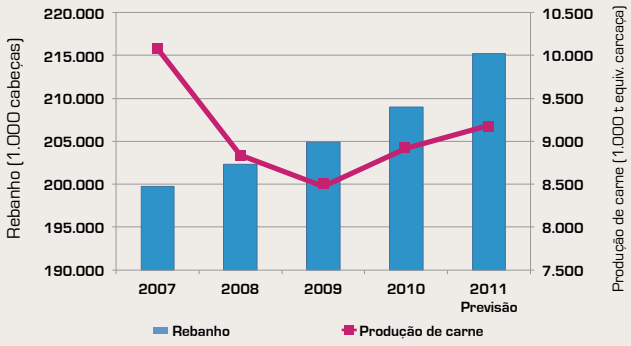
Brasil: área plantada com grãos, por produto (mil ha)



Fonte: Conab

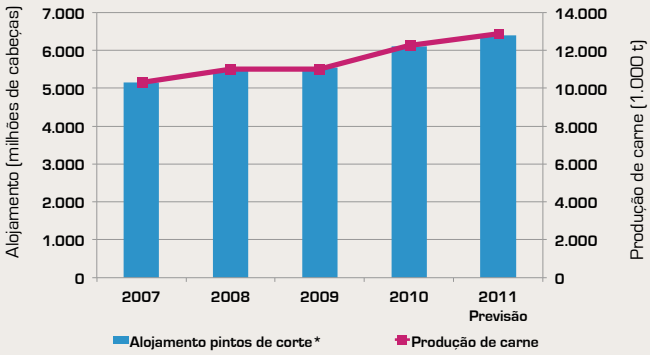
Produção agropecuária brasileira

Brasil: produção de bovinos



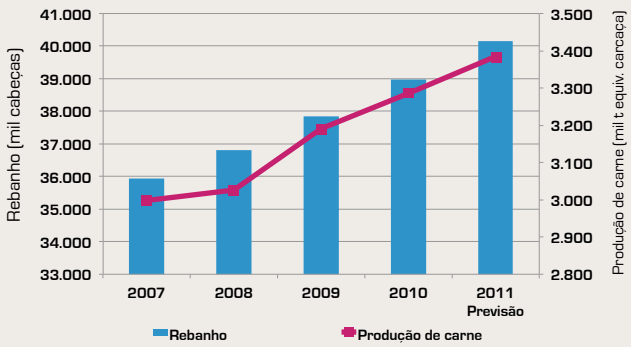
Fonte: IBGE

Brasil: produção de aves



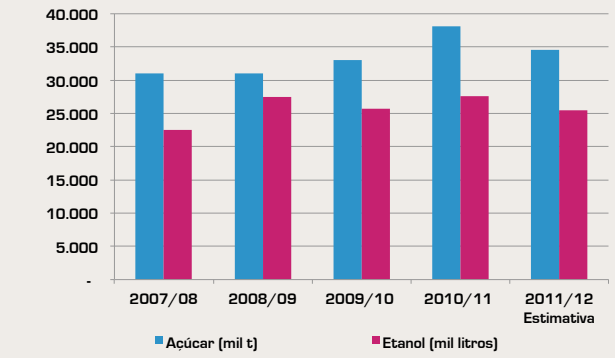
Nota: *o alojamento, e não a produção de pintos de corte, reflete o plantel que irá produzir carne
Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco)

Brasil: produção de suínos



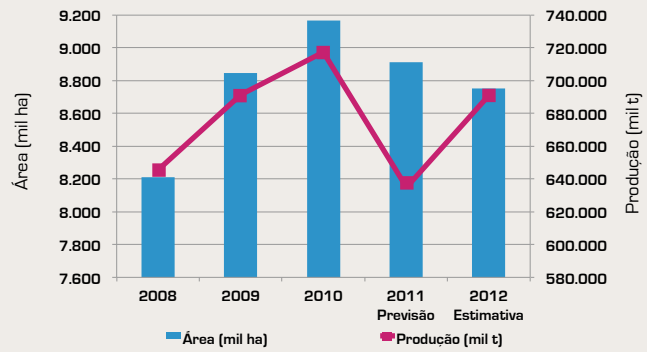
Fontes: IBGE; Abipecs

Brasil: produção de açúcar e etanol



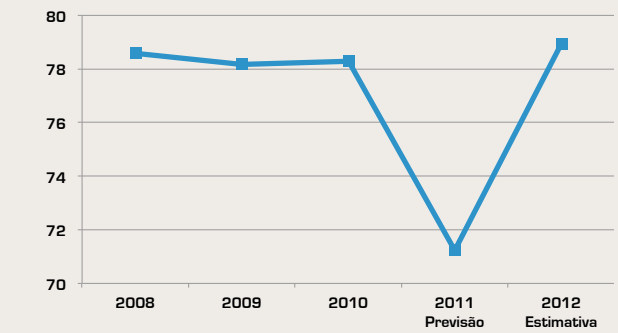
Fontes: Unica; Conab

Brasil: área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: IBGE

Brasil: produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)



Fonte: IBGE